

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E COMUNICAÇÃO  
HUMANA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**BRUNA FERNANDES DA SILVA**

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA COMUNIDADE E A  
ARTICULAÇÃO COM A DIRETRIZ TERRITORIALIDADE:  
UM ESTUDO DO PAIF E SAF NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

**PORTO ALEGRE - RS  
2019**

**BRUNA FERNANDES DA SILVA**

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA COMUNIDADE E A  
ARTICULAÇÃO COM A DIRETRIZ TERRITORIALIDADE:  
UM ESTUDO DO PAIF E SAF NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Vanessa Maria Panozzo Brandão

**PORTO ALEGRE - RS  
2019**

### CIP - Catalogação na Publicação

FERNANDES DA SILVA, BRUNA

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA COMUNIDADE E A ARTICULAÇÃO COM A DIRETRIZ TERRITORIALIDADE:UM ESTUDO DO PAIF E SAF NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE / BRUNA FERNANDES DA SILVA. -- 2019.

83 f.

Orientadora: Vanessa Maria Panozzo Brandão.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Política de Assistência Social. 2. Trabalho do Assistete Social na Comunidade. 3. Territorialidade. I. Panozzo Brandão, Vanessa Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**BRUNA FERNANDES DA SILVA**

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA COMUNIDADE E A  
ARTICULAÇÃO COM A DIRETRIZ TERRITORIALIDADE:  
UM ESTUDO DO PAIF E SAF NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Vanessa Maria Panozzo Brandão  
Orientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thaisa Teixeira Closs  
1º Examinadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Mestranda Leila Aparecida Cunha Thomassin  
2º Examinadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dedico este trabalho à minha mãe Solange,  
meu esposo Anderson, a minha avó paterna  
Jussara ea minha avó materna Maria de  
Lourdes “ In Memoriam ” .*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Solange e meu padrasto Valdomiro, pelo apoio nos momentos difíceis, de desânimo e cansaço e além do encorajamento me dando forças para seguir em frente. Amo vocês!

Ao meu amor, Anderson, que sempre esteve ao meu lado me incentivando durante todo este processo e compreendeu a minha ausência pelo tempo dedicado aos estudos.  
Eu te amo!

À minha irmã, Alexia, que me inspirou e fez com que eu me superasse a todo o momento com a intenção passar o melhor exemplo como irmã mais velha, a ela e aos meus irmãos.

À todas/os as/os professores, especialmente, minha orientadora Vanessa Panozzo pela acolhida, generosidade, confiança, atenção e dedicação. Gratidão pelos momentos que compartilhamos nesse último ano.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é realizado a partir de uma pesquisa qualitativa que propôs discutir sobre o trabalho do/a assistente social na comunidade e a relação com a diretriz territorialidade. Para sua construção se problematiza o processo histórico da política de assistência social a partir da Política Nacional de Assistência Social (2004) e a implementação do SUAS nos municípios, particularizando o município de Porto Alegre. Descreve-se sobre os serviços de assistência social- Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Serviços de Atendimento de Familiar (SAF) mostrando suas propostas de atendimento na proteção social básica. A pesquisa qualitativa utilizou-se do método dialético crítico, utilizando-se do grupo focal para a realização da coleta, sendo os sujeitos pesquisados os assistentes sociais dos serviços CRAS e SAFs. Elegeu-se o trabalho do/a assistente social na comunidade, a diretriz territorialidade e a política de assistência social como as categorias de análise e com base nos resultados obtidos através da pesquisa de campo analisou-se que existe um trabalho desenvolvido nas comunidades pelos assistentes sociais considerando as normativas legais. Ainda aponta-se o desenvolvimento de ações a partir daquilo que existe nos serviços, dificultando uma proposta efetiva de trabalho coletivo na comunidade, evidenciando muitos desafios para que este trabalho se efetive, devido ao processo de precarização do trabalho bem como da própria política de Assistência Social.

**Palavras-chave:** Política de Assistência Social. Trabalho do Assistente Social na comunidade e territorialidade.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estruturação da Proteção Social Básica.....	32
Quadro 2- Objetivos do PAIF e SAF.....	38
Quadro 3- Ações previstas no PAIF e SAF.....	39
Quadro 4 - Desdobramentos da pesquisa.....	50
Quadro 5 – Participantes da pesquisa.....	51
Quadro 6 - Ações desenvolvidas pelas/os assistentes sociais.....	55



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de CRAS e SAF's .....	35
---	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Quadro teórico a partir da PNAS.....	23
Tabela 2 - Distribuição dos CRAS e SAF's do município de porto alegre.....	33
Tabela 3 - Serviços de Atendimento Familiar por CRAS de referência.....	42

## **LISTA DE SIGLAS**

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais  
CF - Constituição Federal  
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
DC - Desenvolvimento de Comunidade  
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania  
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social  
NOB - Norma Operacional Básica  
ONG - Organização Não Governamental  
PAIF - Serviço de Atendimento Integral à Família  
PEP - Projeto Ético-Político  
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
PSB - Proteção Social Básica  
SAF- Serviço de Atendimento Familiar  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. BREVES CONSIDERAÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	15
2.1 NOTAS SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E A PERSPECTIVA SOCIOTERRITORIAL .....	17
2.2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS .....	22
<b>3. APONTAMENTOS ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE</b> .....	30
3.1. O ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ATRAVÉS DO PAIF E SAF: UMA SUCINTA REFLEXÃO .....	35
<b>4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA: A COMUNIDADE COMO LOCUS DO DIREITO SOCIAL</b> .....	44
4.1 A PESQUISA DE CAMPO: RECONHECENDO O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA COMUNIDADE .....	48
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	78
<b>APÊNDICES</b> .....	85

## 1.INTRODUÇÃO

O percurso de quatro anos e meio da graduação foi marcado por diferentes experienciais do qual acumulou-se uma grande bagagem ao fim desta etapa. Foram grandes os desafios até que o acesso à Universidade Federal tornou-se realidade. Por várias vezes desacreditou-se quanto essa possibilidade, até que uma grande surpresa veio depois de algumas semanas após a liberação do Listão da UFRGS e a graduação em Serviço Social tornou-se algo concreto.

O trabalho durante o dia e as aulas a noite preencheu-se os dias, até que não foi mais possível conciliar as duas jornadas. A saída do trabalho para iniciar a bolsa administrativa na faculdade de arquitetura possibilitou-se aproximações, mas principalmente, a permanência na graduação, diante da necessidade de se manter financeiramente. Logo que possível, se iniciou o estágio não obrigatório em Serviço Social vinculado à política de saúde com a população idosa. O aprendizado compartilhado pela supervisora campo tanto quanto por parte população idosa, enriqueceu o processo de formação de forma que foi descoberto o interesse em atuar com um segmento populacional que até então não havia sido cogitado.

Após um ano e seis meses encerrou-se essa etapa para dar início ao estágio obrigatório. Neste processo a inserção foi na política de assistência social com o trabalho às famílias. Nesse momento tudo o que foi aprendido nas disciplinas durante a formação, dentre elas, a de Seguridade Social- Assistência Social passou a fazer sentido. Os espaços onde se dava a intervenção no cotidiano tanto quanto os espaços em conjunto com profissionais de outras políticas sociais constituiu-se um universo de conhecimentos. Vivenciou-se as dificuldades na relação do desenvolvimento do trabalho em virtude do contexto atual marcado pelo desmonte das políticas sociais. Tais dificuldades também se fizeram presente no processo de planejamento e execução do projeto de intervenção que diante das limitações tomou-se outro rumo constituindo como público beneficiário do projeto os/as adolescentes das comunidades do bairro central de Porto Alegre.

Concomitantemente a estes acontecimentos ocupou-se também o espaço da pesquisa na formação profissional. O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho- NEST/ UFRGS proporcionou-se o aprofundamento temáticas de estudo do Serviço Social tal como a aproximação com outras temáticas através das/os mestrandos que generosamente compartilharam os seus aprendizados.

O retorno ao estágio não obrigatório e a monitoria completaram o fim da jornada na graduação. Destaca-se a monitoria onde foi possível revisar conteúdos e até mesmo contribuir nos processos de ensino- aprendizagem. A acolhida foi em tal grau que fez com que houvesse um pertencimento a este espaço, permitindo que em diferentes momentos fossem revisitadas as lembranças como acadêmica.

A etapa final da formação constituiu-se neste presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual tem-se como intenção problematizar acerca do trabalho da/o assistente social na comunidade, especificamente na política de assistência social na proteção básica. Neste aspecto, a diretriz territorialidade constitui-se como a base dessa discussão considerando-se como uma articulação necessária para o exercício profissional.

A fim de responder o problema de pesquisa: De que forma o trabalho das/os assistentes sociais assistentes sociais nas comunidades por meio da sua inserção nos CRAS e SAFs de Porto Alegre materializam a diretriz da territorialidade?este TCC estrutura-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo abrange considerações sobre a política de assistência social a partir da PNAS (2004) e do SUAS, mas especificamente, na esfera da proteção social da básica e sua relação com a perspectiva socioterritorial através da problematização dos conceitos de território, territorialização e territorialidade. O segundo capítulo aborda sobre a política de assistência social no município de Porto Alegre, apresentando a particularidade a qual se estrutura a proteção social básica na capital por meio do formato compartilhado de atendimento às famílias executado pela rede pública e privada. No último capítulo foi discutido sobre o trabalho da/o assistente social na comunidade, resgatando brevemente aspectos históricos dessa abordagem e ainda sua inserção nos serviços de proteção social básica. A pesquisa de campo é parte integrante do TCC e foi realizada como forma de se aproximar do cotidiano do trabalho da/o assistente social que estabelece a comunidade como espaço de intervenção profissional.

## 2. BREVES CONSIDERAÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal (CF) de 1988 sem dúvidas foi um avanço no que se refere à garantia dos direitos da população. A partir do Art. 194º da CF há o reconhecimento da assistência social como uma política pública e não contributiva, tal como sua incorporação na Seguridade Social Brasileira conjuntamente com as políticas de saúde e previdência social. Além de reconhecer a política de assistência social como política pública, a Constituição Federal também define os objetivos desta política, sendo estes:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, Art. 203º).

Diante deste marco, a política de assistência social iniciou-se uma nova trajetória que inicialmente foi marcada com a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), que resultou-se na reorganização da política de Assistência Social, e definiu-se como seus princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 1993, Art.4º).

Nesse aspecto, a Lei de Orgânica da Assistência Social regulamentou-se os pressupostos constitucionais através da oferta de serviços, programas e benefícios e projetos estabelecidos nesta lei atendendo as proteções afiançadas: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, consequentemente com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004,

“[...] propõe a consolidação da assistência social como política pública e direito social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo esse sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p.31-32).

É a partir da PNAS, que se estabelece o Sistema Único de Assistência Social com o propósito de unificar conceitos e modos de gestão da política de assistência social, sendo esta unificação representada através das diretrizes da política de assistência social que prevê:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004, p.32-33).

Deste modo, constituiu-se a materialização da política de assistência social através do SUAS, “[...] enquanto uma proposta inovadora de superação de práticas e concepções burocráticas, patrimonialistas e tuteladoras que têm caracterizado historicamente a Assistência Social” (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p.85). Ainda como forma de romper com essas práticas e conjuntamente qualificar essas ações, instituiu-se uma proposta de capacitação dos trabalhadores que formatou-se na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/2005).

Assim, é possível afirmar que a PNAS e o Suas alteram as referências conceituais, a estrutura organizativa e a lógica de gestão e controle das ações na área. A sua consolidação como sistema implica a determinação de oferta contínua e sistemática de uma rede constituída e integrada, com padrões de atendimento qualificados e pactuados, com planejamento, financiamento e avaliação (COUTO, 2009, p.209).

Diante dessa concepção, a PNAS (2004) e a NOB-RH/SUAS (2005) apresentam-se como os documentos balizadores para a efetivação de mudanças no cenário que até determinado momento era vigente. Desta forma, “[...] o SUAS tem o objetivo de identificar os problemas sociais, focando as necessidades de cada município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros na cobertura social [...]” (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p. 7). Portanto “[...] deve estruturar-se a partir das necessidades básicas da população e responder de forma concreta essas demandas, onde a federação brasileira é pensada nas suas particularidades, definindo-se em municípios de pequeno, médio, grande porte e metrópoles” (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p. 39).

Nesse âmbito a implementação do SUAS foi uma forma de reconhecer que há desigualdades sociais em virtude do modo como se estrutura a sociedade capitalista, assim



como é vital um sistema que por meio de serviços, programas, projetos e benefícios apresentem respostas frente às desigualdades que expressam-se na realidade dos usuários da política de assistência social.

A LOAS (1993) traz no Art. 23 que “entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas [...]”. Quanto aos programas de assistência social de acordo com a LOAS no Art. 24 são “[...] ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais”. Conforme o Art. 25 da LOAS, os projetos “[...] compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência [...]”.

Por fim os benefícios que integram a política se referem ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que segundo o Art. 20 da LOAS “[...] é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” e os benefícios eventuais que conforme o Art. 20 da LOAS são “[...] as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Nessa ótica, o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS- representa o Estado na condução da política de assistência social ao que se refere-se a proteção social básica (COUTO, 2009). Uma concepção que define como sendo de responsabilidade do Estado a promoção desse conjunto de ações como modo de garantir o acesso aos direitos sociais, porém nem sempre esse formato é retratado da mesma forma em todos os municípios brasileiros, e deste modo, abordaremos subseqüentemente a particularidade de Porto Alegre nos próximos itens.

## 2.1 NOTAS SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E A PERSPECTIVA SOCIOTERRITORIAL

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é organizada em níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade. Considerando que o foco de análise é a

proteção social básica nos deteremos somente a este aspecto. De acordo com o Art. 6º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a proteção social básica (PSB) é um “[...] conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade<sup>1</sup> e risco social<sup>2</sup> por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; [...]” (BRASIL, 1993, Art. 6º).

Portanto a proteção social básica “[...] tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”(BRASIL, 2004, p. 33-34). Deste modo, “[...] prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada” (BRASIL, 2004, p.34).

A matricialidadesócio-familiar também se estabelece como uma das diretrizes da política de assistência social. Assim, compreende “a família é o núcleo social básico da acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (BRASIL, 2005, p.90). Desta forma, compreende-se que a família deve ter acesso às condições necessários para assumir seu papel (BRASIL, 2005), e desta forma a necessidade de “[...] compor com a família projetos e processos mais efetivos na proteção social “ (CARVALHO, 2008, p.269). Entendendo que

O Estado e a família desempenham similares, em seus respectivos âmbitos de atuação: regulam, normatizam, impõem direitos de propriedades, poder e deveres de proteção e assistência. Tanto família como Estado funcionam de modo similar, como filtros redistributivos de bem-estar, trabalho e recursos (ACOSTA; VITALE, p.268 apud SOUZA, 2000).

Nesse aspecto, “[...] família e políticas públicas têm funções correlatas e imprescindíveis ao desenvolvimento e à proteção social dos indivíduos” (CARVALHO, 2008, p.268). Dessa maneira, a matricialidade sócio- familiar assume a centralidade da família na política de assistência social como uma estratégia de efetivar a proteção social

---

<sup>1</sup> Vulnerabilidade social: população em situação, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (PNAS, 2004, p.92).

<sup>2</sup> Risco Social: famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004, p.92).

através de uma parceria entre família e Estado, onde compreende-se a necessidade de ofertar condições para que a família possa assegurar, principalmente, a sua dimensão protetiva.

Nessa concepção também se incorpora os novos arranjos familiares, atuando assim na perspectiva que não há um modelo ideal de família. Sendo este um “núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero” (BRASIL, 2005, p.90).

Em função dessa diretriz se constituem entendimentos diferentes acerca da matricialidade sócio - familiar na política de assistência social. Um dos entendimentos concebe a centralidade da família, entendendo que os sujeitos no seu âmbito familiar e comunitário e a sua inserção em diferentes arranjos familiares, tal como as funções e papéis familiares que assume cada membro da família e, como contraponto, a reprodução da culpabilização da família diante da sua condição e da forma como a mesma se organiza para suprir as suas necessidades e ainda o não reconhecimento de que o homem e a mulher assumem na atual conjuntura, papéis diferentes no contexto familiar (SANTOS, 2009).

Diante desses dois aspectos pode-se afirmar que a matricialidade sócio-familiar,

[...] pode ser considerada um avanço quando a família é atendida integralmente a partir de ações intersetoriais, ou seja, através da perspectiva de totalidade. Quanto ao retrocesso é possível atribuir uma desresponsabilização do Estado no âmbito da proteção social, além de uma sobrecarga da família (SANTOS, 2009, p.7).

Considerando o atendimento à família de forma integral, a política de assistência social, especialmente, os serviços da proteção social básica assumem o papel de estruturar a articulação em rede no sentido de promover ações intersetoriais. Entretanto, para promover tais ações primeiramente é preciso ofertar os serviços que são previstos pela política Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e tratando-se na Proteção Social Básica (PSB) são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica à domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

A oferta destes serviços e demais programas, projetos e benefícios vinculados à estes, se dá através dos equipamentos instalados nos distintos territórios. Neste ponto de vista, “[...] a política de assistência social se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial [...]” (BRASIL, 2004, p.16). Deste modo, a perspectiva socioterritorial compreende o território como espaço de materialização da política por meio do que se concretiza como rede

socioassistencial e do que por essa rede é ofertado com vistas a dar respostas às demandas da população usuária da política de assistência social. Assim,

A rede socioassistencial, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política, o que supõe constituir ou redirecionar essa rede, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar (BRASIL, 2005, p.92).

Assim, pode-se dizer que para a proteção social básica a cobertura e o financiamento são pontos-chaves para se estruturar uma rede socioassistencial que venha a superar uma prática fragmentada dentro da própria política de assistência social. A cobertura no sentido de oferta de serviços, programas, projetos e benefícios que visam atender as necessidades dos usuários de modo a prevenir situações de risco social, e o financiamento na lógica de ser imprescindível para que se possa efetivar a cobertura dos serviços que compõem essa rede.

Evidencia-se a importância a qual assume os serviços que constituem a proteção social básica, visto que são os serviços que estão mais próximos da realidade dos usuários, não só pelo fato de ser de base territorializada, mas por serem a porta de entrada que viabiliza o acesso à política de assistência social. Denominados “profissionais da ponta”, as equipes que atuam na proteção social básica estão na linha de atendimento direto à população usuária. Em vista disso,

[...] opera por meio da atenção à família, seus membros e indivíduos mais vulneráveis, tendo como unidade de medida a família referenciada em razão da metodologia de fortalecimento do convívio familiar, do desenvolvimento da qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive (BRASIL, 2005, p.95).

Analisando o que a incorporação da perspectiva sócio territorial propicia na política de assistência social, identifica-se que houve benefícios, principalmente, a população usuária, sendo que foi fundamental diante da heterogeneidade e as desigualdades socioterritoriais dos municípios brasileiros, possibilitando a valorização das “[...] heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p.35). Contudo, ainda carece de uma apropriação “[...] não apenas conceitual [...], mas, sobretudo, que faça sentido e seja efetiva para a prática da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais, que trazem, em si mesmas, fortes componentes espaciais” (LINDO, 2010, p.134), dado que a

[...] a perspectiva territorial tem sido reduzida a apenas uma de suas dimensões: a que trata de articulá-la à lógica da localização e da proximidade, compreendendo que os serviços sociais, ao serem implementados próximos ao cidadão, podem antecipar respostas às suas necessidades e facilitar o acesso, em uma perspectiva de proteção social pró-ativa (NASCIMENTO; MERLAZZO, 2013, p.71).

Trata-se da necessidade de articular a lógica da localização e da proximidade, como sendo importante para o “[...] fortalecimento do território pensado como localização e como elemento essencial para a efetivação do acesso à proteção social” (NASCIMENTO; MERLAZZO, 2013, p.71), mas considerando que esta articulação somente não é suficiente para consolidar uma atuação preventiva, protetiva e proativa a qual prevê a proteção social básica da política de assistência social.

A *ação preventiva* na perspectiva de “[...] fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida levem à concretização de direitos humanos e sociais” (BRASIL, 2004, p.90). A *função protetiva* refere-se ao que está prevista na Constituição Federal “[...] dever de sustento, guarda e educação de suas crianças, adolescentes e jovens [...]” (BRASIL, 2004, p.104), tendo como proposta do trabalho social o fortalecimento dessas famílias e não culpabilização diante da sua situação e/ou condição (BRASIL, 2004). Deste modo, as ações visam não “[...] reduzir essa função à esfera familiar, ou à simples responsabilização da família, ao contrário, ela amplia a função protetiva do âmbito familiar também para o Estado e a sociedade - é a coletivização dessa responsabilidade” (BRASIL, 2004, p.105). E ainda o *caráter proativo*, “[...] se dá principalmente no campo da proteção social básica na condição de conjunto de ações capazes de reduzir a ocorrência de riscos e a ocorrência de danos sociais” (BRASIL, 2005, p.91). A partir do caráter a qual consolidam-se as ações da proteção social básica identifica-se o amplo escopo do que consiste esta proteção, identificando-se a necessidade de incorporar ações intersetoriais, no campo da seguridade social entre outros, para que o acesso dos direitos sociais se efetive no âmbito da articulação das diferentes políticas sociais.

Sposati (2013) também traz uma reflexão acerca dos serviços que estão instalados nesses territórios de maior incidência de vulnerabilidade social. Referindo-se que “[...] ter um prédio não significa ter um serviço. [...] não significa efetivar direitos de cidadania. Estes só ocorrem quando [...] se efetiva a relação entre os agentes que operam o serviço e a população usuária” (SPOSATI, 2013, p.6).

Nesse sentido, a efetiva relação entre os agentes que operam o serviço e a população usuária referida pela autora, trata-se, principalmente, da vinculação dos usuários com os

serviços dos territórios e do estabelecimento de vínculo destes com o profissional de referência. Relaciona-se ao reconhecimento dos serviços por parte da população usuária, não só âmbito de conhecer a sua localização ou sua nomenclatura, mas compreender a qual política social determinado serviço está vinculado; qual o propósito dos equipamentos presentes nos territórios; os benefícios existentes e as formas de acesso.

Em vista disso, a proteção social básica diante da perspectiva territorial compreende o conhecimento das vulnerabilidades sociais, mas também as possibilidades existentes no espaço do território.

Isto significa refletir sobre a dinâmica socioterritorial de modo a entender que para além das necessidades as pessoas possuem capacidades que devem ser trabalhadas com vistas a ampliação da liberdade e das escolhas que as pessoas podem realizar (ANDRADE, 2009, p.131).

Do mesmo modo que também abrange os equipamentos inseridos nos territórios, estes serviços incorporam a territorialidade das diferenças daquilo que pode ser considerados os micros-territórios, constituindo-se o território de forma mais ampla, na medida que acolhe as distintas particularidades. Assim, a dimensão territorial “ [...] incorpora uma noção ampliada de território, para além da dimensão geográfica, concebendo-se como “espaço habitado”, fruto da interação entre os homens, síntese de relações sociais” (COUTO, 2012, p.73). Portanto a territorialidade têm-se como intenção também “[...] agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso” (BRASIL, 2004, p.43), de forma a proporcionar uma constante avaliação das questões relativas ao espaço do território, principalmente, ao que se diz respeito à oferta de serviços, programas, projetos e benefícios por meio da política de assistência social na proteção social básica e o atendimento da demanda.

## 2.2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

A inserção da perspectiva socioterritorial na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) abarcou os conceitos de território, territorialização e territorialidade para o planejamento, implementação, e execução da política de assistência social nos municípios brasileiros. No entanto, pouco se discute sobre a articulação necessária destes três conceitos para efetiva materialização da política de assistência social sob a perspectiva socioterritorial.

Inicia-se esta problematização a partir do quadro teórico para um breve levantamento do que compreende-se estes conceitos a partir da PNAS.

**TABELA 1- Quadro teórico a partir da PNAS**

<b>POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)</b>	
<b>TERRITÓRIO</b>	Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste <b>território</b> (...). A perspectiva de totalidade, de integração entre os setores para uma efetiva ação pública [...] (p.43).
	Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no <b>território</b> , constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política (p.44)
	[...] novo modelo de gestão da política de assistência social, com a política de segurança alimentar e a política de transferência de renda, constituindo-se, então, uma Política de Proteção Social no Brasil de forma integrada a partir do <b>território</b> , garantindo sustentabilidade e compromisso com um novo pacto de democracia e civilidade (p.59)
	A Assistência Social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu <b>território</b> de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros (p.90).
	A rede socioassistencial, com base no <b>território</b> , constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política, o que supõe constituir ou redirecionar essa rede, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar (p.92)
<b>TERRITORIALIZAÇÃO</b>	O princípio da <b>territorialização</b> significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social (p.91).
	[...] <b>territorialização</b> da rede de Assistência Social sob os critérios de: oferta capilar de serviços, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão; localização dos serviços para desenvolver seu caráter educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidades e riscos sociais; (p.95).

<b>TERRITORIALIDADE</b>	O conceito territorialidade não é mencionado na PNAS.
-------------------------	---

Sistematização elaborada pela autora. Fonte: PNAS (2004)

Baseada nas informações contidas na PNAS pode-se constatar que há uma maior referência em relação ao conceito do território e de forma concisa do conceito de territorialização e quanto ao conceito de territorialidade este não é mencionado. Tendo isso, utilizou-se os conteúdos contidos na PNAS para dialogar sobre os conceitos de território, territorialização e territorialidade, além de outros autores para integrar aspectos pertinentes a esta discussão.

A tríade das categorias território - territorialidade - territorialização compõem elementos essenciais para o pensar o trabalho profissional do assistente social na política de assistência social. Iniciando com o conceito de território, traremos a compreensão desta categoria, primeiramente pela autora Saquet (2013), da qual refere-se que

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade (SAQUET, 2013, p.24).

Nesse sentido, a junção de todos esses elementos compõem o que denominamos como território, partindo da compreensão que o território abarca diferentes significados. De forma a complementar essa linha de raciocínio, Sposati (2013) diz que “[...] o território contém uma dimensão histórica, pois se constitui e constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. Assim, é o processo que define a trajetória do território, e esse processo se reflete na trajetória dos que nele vivem [...]” (SPOSATI, 2013, p.06).

Pode-se assim mencionar a historicidade como um aspecto presente na relação da construção do território, estando esta intrínseca no processo que se dará a apreensão, principalmente do modo como se estabelecem as relações sociais no território. Deste modo, a caracterização do território “[...] ocorre por vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas” (SPOSATI, 2013, p.06). Dessa forma,

Analisar o território, nessa perspectiva, implica um esforço para realizar a apreensão das relações sociais recolocadas em seu contexto espaço-temporal e sócio-histórico. Neste sentido, trabalhar a categoria território significa, ao mesmo tempo, reconhecer sua particularidade e suas possibilidades de conexão (SPOSATI, 2013, p.8).



Reforça-se a necessidade de reconhecer que cada território possui sua particularidade e que, principalmente, o fator sócio- histórico contribui no processo de apreensão acerca das relações sociais que presente neste espaço, tal como o modo que se constituem. Ainda sobre as relações no território, Sposati (2013) compreende que os serviços existentes nos territórios também compõem parte das condições e das relações a qual são postas aos usuários. Diante disso, “a categoria território vai além da unidade familiar ou do princípio da matricialidade familiar, pois se constitui da porta para fora, é sócio relacional, ainda que o ambiente da família também seja relacional” (SPOSATI, 2013, p.13).

Sposati (2013) propõe que “ao se refletir sobre o território, busca-se identificar o que é comum a uma coletividade: a presença de serviços; as condições objetivas das ruas, dos espaços; a presença da violência e de equipamentos de segurança; e a construção histórica, que é fundamentalmente relacional” (SPOSATI, 2013, p.13). Nesse caso, significa visualizar para além do fenômeno aparente, ou seja, tratar os fenômenos sociais como complexos sociais e não fatos isolados (MORAES; MARTINELLI, 2012 apud PONTES, 2000). Koga (2013) complementa:

Tratar desses contextos significa dar um passo além da identificação individual e/ou familiar, no sentido de reconhecer as condições objetivas dos territórios em que vivem as populações sobre as quais se referem um cadastro, um programa ou um serviço prestado, no âmbito das políticas sociais. Condições objetivas sob o ponto de vista da acessibilidade aos direitos de cidadania (incluindo os direitos à urbanidade), que envolvem não somente seus aspectos formais, mas também e, principalmente, as diferentes informalidades, constituem fator determinante nas estratégias de sobrevivência da sociedade de mercado (KOGA, 2013, p.31).

Considerando contexto do qual o território se constitui na política de assistência um eixo central na atuação dos profissionais para a execução da política, cabe-nos refletir de que forma a dimensão territorial contribui na perspectiva de equiparar a oferta a partir da identificação da demanda e também, no sentido de considerar a acessibilidade como um condicionante para viabilizar o acesso aos direitos sociais. Diante dessas implicações percebe-se que “[...] ainda permanece o legado da perspectiva homogeneizadora, que olha de forma, exclusivamente, segmentada as demandas e ofertas da política pública, desconectadas dos territórios onde ocorrem” (KOGA, 2013, p.33). Neste aspecto “[...] constitui uma tarefa complexa [...], pois, cotidianamente, são colocados, lado a lado, os paradigmas do direito e do favor, porque proteção social, na sociedade brasileira, permanece como uma responsabilidade privada, circunscrita à esfera familiar e não pública”, onde por parte do

Estado não há o interesse de se ofertar as condições necessárias para que as famílias possam suprir suas demandas (KOGA, 2013, p.33-34).

Em relação a categoria territorialidade, pode se dizer que é multidimensional diante do conjunto de relações que esta origina mas também se expressa, ou seja, de tudo que é vivido cotidianamente no espaço do território a partir da existência ou não das diferentes relações, como por exemplo, o trabalho ou família (RAFFESTIN, 1993; FERREIRA, 2014 apud SAQUET, 2010).

E deste modo refere-se que

[...] a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2013, p. 129).

Raffestin (1993) menciona que esse conjunto de relações que dão sentido a territorialidade e que se conceberam por meio de um sistema tridimensional: sociedade-espaço-tempo.

Nessa perspectiva o próprio território ganha uma identidade, não em si mesma mas na coletividade que nele vive e o produz, sempre em processo dinâmico, flexível e contraditório (por isso dialético) recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no território (FERREIRA, 2014, p.129).

Ressalta-se que a territorialidade “[...] além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está [...] ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (FERREIRA, 2014, p.129 apud HAESBAERT, 2007, p. 22). Essas questões são de grande relevância quando identificadas e captadas pelos profissionais assistentes sociais, visto que as estratégias de intervenção passam a ser construídas com base na compreensão do modo como se dão as relações nos territórios, o significado deste espaço para comunidade e o que este território reflete nessa comunidade.

Assim (FERREIRA, 2014, p.130 apud SAQUET, 2009, p. 88) aborda que “[...] as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar”. Do mesmo modo que a “[...] territorialidade não se define pela simples relação com o espaço, mas se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais” (FERREIRA, 2014, p.129).

Fuini (2014) traz que a territorialidade “[...] remete à ação de poder e de sentimento de pertencimento alimentado por um indivíduo, grupo ou instituição em dado espaço; deslocamentos e itinerários de grupos e indivíduos que remetem a vínculos de identidade [...]” (FUINI, 2014, p.233). Da mesma forma que, “[...] grupos diferentes podem conceber territorialidades a partir de um mesmo local” (FUINI, 2014, p.233), do qual parte-se sob a ótica a territorialidade não se diferencia de um território para o outro, mas que um mesmo território pode compor diferentes territorialidades.

Em razão disso,

[...] a territorialidade do SUAS pode ser compreendida, também, como a construção de um projeto de território dos direitos que devem expandir-se na escala nacional a todas as regiões e municípios, disseminar-se para abarcar distintas áreas e setores urbanos e rurais e aproximar-se de todos os segmentos sociais em situações de riscos e vulnerabilidades (BRASIL, 2014, p.25).

Destaca-se a expressão “projeto de território dos direitos” do qual apresenta-se diante da proposta de garantir o acesso aos direitos sociais através dos territórios, principalmente, por meio das unidades estatais ou instituições instaladas nessas áreas como uma forma de universalizar o acesso à política de assistência social.

Outro aspecto refere a instalação dos CRAS nas áreas estabelecidas, do qual têm-se como intencionalidade produzir territorialidade por meio do acesso aos direitos sociais (BRASIL, 2014). Sob a análise que o acesso aos direitos sociais compreendem questões na esfera social, econômico, cultural e dentre outros, e considerando que territorialidade é o resultado de tudo aquilo que é vivido cotidianamente no território, o acesso e não acesso aos direitos sociais refletem na forma como se constitui a territorialidade neste espaço e consequentemente o significado desta para essa população.

Dessa maneira, a instalação do CRAS e SAF’S nas áreas assim determinadas, contribuem sim na produção de territorialidade pelo acesso aos direitos sociais, mas também pelo não acesso aos direitos sociais, o que diante do atual contexto torna-se mais factível.

Partindo deste duplo movimento, então, pensar a construção da territorialidade do SUAS na escala local envolve assumir a delimitação de uma área de referência, que se transforma em unidade geográfica para análise e interpretação da realidade e que também se constitua como estratégia de planejamento e ação. Trata-se, portanto, de elaborar os passos fundamentais que permitem com que a política pública da Assistência Social possa contar com instrumento concreto e operacional para sua organização e, ao mesmo, tempo, contar como uma base a partir da qual possa, também, problematizar as várias territorialidades presentes em uma mesma área, com elas interagindo (BRASIL, 2014, p.27).

Deste modo, a construção de territorialidade por meio da delimitação de uma área de referência remete à outro conceito - a territorialização. A territorialização enquanto eixo estruturante da política de assistência social:

[...] possibilita orientar a proteção social de Assistência Social: na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade; na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de Assistência Social; no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2004, p.91).

Tratando-se, especificamente, da área de referência como um dos mecanismos de efetivação da política por meio do princípio da territorialização, este ocorre com o propósito de definir os territórios as quais serão destinadas às ações desenvolvidas pelas unidades estatais e/ou instituições em determinada região, o que conseqüentemente deveria definir a localização dos serviços. De acordo com a PNAS a rede socioassistencial se organiza a partir de parâmetros do qual um deles tange a territorialização que estabelece como critérios: “[...] oferta capilar de serviços, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão; localização dos serviços para desenvolver seu caráter educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidades e riscos sociais” (BRASIL, 2004, p.95).

Tendo em vista a lógica a qual estabeleceu os critérios para a instalação, principalmente, dos CRAS, um deles refere-se em abarcar as áreas consideradas prioritárias, entretanto os CRAS permaneceram nas mesmas localidades onde estavam os Centros Comunitários e deste modo não cumpre com a proposta do serviço ser próximo do usuário, e/ou dos território onde há um maior índice de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Diante disso concebe-se duas hipóteses que corroboram para a ocorrência deste fator: a primeira hipótese reconhece que desde a implementação dos CRAS não foi dada a devida prioridade para essa a questão (proximidade entre serviço e usuário) e desde este acontecimento não há estudos como forma de reavaliar as mudanças no contexto territorial no município como, por exemplo, a crescente dos índices de vulnerabilidade social em áreas que até então não eram percebidas. Já na segunda hipótese interpreta que estudos sobre o contexto territorial ocorrem e que estes são realizados por meio diagnóstico socioterritorial a qual está incubido pela vigilância socioassistencial. Entretanto ainda são insuficientes para abarcar as diferentes identidades, demandas e necessidades sociais, inclusive na construção dos serviços.

Cabe salientar que o destaque dado ao princípio de territorialização no aspecto de orientar o planejamento da localização da rede de serviços, se baseia no entendimento que primeiramente este conteúdo deve ser cumprido para que posteriormente haja a cobertura de famílias em situações de vulnerabilidade social, pois a partir da instalação de serviços nestas regiões essas famílias serão contempladas pela rede socioassistencial e resultante a isso a efetivação de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Quanto a perspectiva de universalização da política de assistência social esta se dá pela oferta seja nas microáreas através do acesso aos direitos sociais por meio da oferta de serviços nas desde as microáreas, sendo estas delimitação uma área de referência, ou assim conhecida como área de abrangência. Entretanto, a delimitação da área de referência, por vezes é regida numa lógica burocrática- administrativa que por vezes dificulta o acesso dos usuários. Koga (2013) traz que

[...] o território de vivência possui peculiaridades, singularidades e dinâmicas próprias, acionadas e articuladas pelos diferentes atores sociais, sua configuração extrapola os limites da formalidade ou da institucionalidade estabelecida pelas políticas sociais, que, normalmente, regem sua atuação por meio de regras administrativas. Dentre estas regras, está a da divisão territorial, que delimita o pedaço do chão que pertence a cada morador, segundo o que a política de saúde ou de educação, por exemplo, determina como “área de abrangência”(KOGA, 2013, p.37).

Tendo em vista esta perspectiva devemos considerar que a divisão territorial estabelecida por determinada política nem sempre beneficia todos usuários, simplesmente, porque há as peculiaridades, singularidades em cada território e dinâmicas próprias de cada sujeito de uma forma a qual não compreende-se os limites institucionais adotados pelo serviços.

Além disso, é importante incorporar que o “[...] princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social” (BRASIL, 2004, p.91). Para que haja o reconhecimento é necessário haver a aproximação dos serviços com a realidade dos sujeitos, a qual possibilita que as expressões da questão social vivenciadas pela população sejam identificadas. Deste modo, compreende-se que o reconhecimento das expressões da questão social se dá sob olhar de um contexto macro da sociedade e totalizante.

### **3. APONTAMENTOS ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

No Brasil no ano de 1969 foram criados os equipamentos - Centros de Comunidade e Esportivos, com o objetivo de promover uma educação integral, sob a administração da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Posteriormente, em 1977, foi criado como órgão para a administração dos centros de comunidade, a Fundação de Educação Social e Comunitária – FESC. Em 1970 foi inaugurado o primeiro Centro Comunitário no município de Porto Alegre, o Centro de Comunidade Barro Ipiranga - CECOBÍ para desenvolvimento de atividades de educação, cultura e capacitação profissional. Seguidamente entre os anos de 1972 e 1975 outros 8 Centros Comunitários foram criados em diferentes regiões da capital. O Centro de Comunidade Parque Madepinho- CECOPAM, no bairro Cavallhada; Centro Esportivo Primeiro de Maio - CEPRIMA; no bairro Passo D'Areia. Centro de Comunidade Vila Restinga-CECORES, no bairro Restinga; Centro Esportivo Vila Ingá – CEVI, na atual Eixo Baltazar; Centro de Comunidade Vila Floresta – CECOFLOR, no antigo Parque Florestal; Centro de Comunidade Vila Elizabeth - CECOVE, no bairro Sarandi; Centro Esportivo George Black – CEGEB, no bairro Medianeira e Centro Social Vila Mapa, no bairro Lomba do Pinheiro (Site da FASC).

Após, a aprovação lei Orgânica da Assistência Social em 1993, foram criados órgãos para formular, promover e coordenar a política de Assistência Social. No ano de 2000, a FESC passou a ser denominada Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC e, neste período foram acrescentados os Módulos de Assistência Social e as Unidades Operacionais que passaram a ser designadas como Centros Regionais de Assistência Social.

No ano de 2007 iniciou-se a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Porto Alegre, do qual sucedeu na implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nos anos de 2010 e 2011, por meio do reordenamento institucional, visto que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) previa modificações na estruturação dos serviços da política de Assistência Social que consequentemente demandou uma readequação.

Nessa perspectiva, o Sistema Único de Assistência Social de acordo com (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p.85) propiciou “[...] um salto qualitativo no ordenamento político- institucional da Assistência Social como uma política pública de Estado, de direção

universal e responsável, para garantir os direitos socioassistenciais não contributivos”. Desta maneira o SUAS tem como objetivo garantir a proteção social aos indivíduos. No entanto,

[...] há uma relação de interdependência entre direitos de cidadania (que se quer afirmar com o SUAS), a necessária resignificação do modelo de Estado e políticas sociais, financiamento e, a qualificação política das relações estabelecidas no processo de gestão, entre Estado, rede de proteção socioassistencial, sociedade civil e população usuária (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p. 87).

Destacam-se dois pontos a serem considerados na execução da política de assistência social as quais expressam essa relação de interdependência referida pelas autoras: o primeiro trata-se da resignificação da política de assistência social enquanto garantidora dos direitos de cidadania. Isso refere-se à concepção da política por parte da população usuária como sendo dever do Estado garantir a proteção social aos indivíduos e suas famílias quando estes se encontram em situações de vulnerabilidade social e/ou risco social, no entanto ainda busca-se alcançar a hegemonia de tal compreensão. O segundo ponto discorre sobre a qualificação das relações entre Estado, rede de proteção socioassistencial, sociedade civil e população usuária do qual se torna necessária em decorrência dos obstáculos existentes entre as partes, sendo um deles a fragilidade no diálogo. A execução da política propõe um formato compartilhado, a qualificação dessas relações é um fator significativo para o funcionamento da mesma.

Considerando o formato compartilhado na execução da política no município, a partir do processo de reordenamento da política de assistência social, os projetos e programas desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC) também sofreram uma readequação, como por exemplo, o projeto Núcleo de Apoio Sócio Familiar (NASF) e o programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que posteriormente integraram-se e constituíram-se no Serviço de Atendimento Familiar (SAF), do qual iniciou-se como projeto e findou-se como um serviço da proteção social básica.

Uma desta proposta a partir deste formato de compartilhado entre a esfera governamental e a sociedade civil, foi o atendimento das famílias que assume a partir da referência territorializada já consolidada pelos CRAS. Através do Quadro 1, apresenta-se a estrutura da proteção social básica de acordo com o que prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e modelo do município de Porto Alegre.

### Quadro 1- Estruturação da Proteção Social Básica



Sistematização elaborada pela autora. Fonte: MDS, 2009; PMPA, 2011.

A partir do exposto no Quadro 01 identifica-se que a inserção do Serviço de Atendimento Familiar (SAF) como um dos serviços que compõem a proteção social básica da capital, da qual resulta em uma divergência na estrutura da proteção social básica em relação ao modo como está prevista na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e como se constituiu no município de Porto Alegre. Essa divergência na estrutura da proteção social do município é um fato, mas cabe problematizar sobre os aspectos que refletem esta estrutura na relação do trabalho técnico tanto quanto na população usuária.

O primeiro aspecto é a terceirização como um fenômeno da precarização do trabalho, em vista das condições de trabalho as quais os profissionais são sujeitados. Um exemplo disso é a faixa salarial que se diferencia em decorrência do vínculo empregatício do qual decorre pela inserção de profissionais terceirizados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Presencia-se essa crescente terceirização do trabalho, justamente porque se tornou habitual a admissão de profissionais terceirizados em espaços públicos. Assim a terceirização não se caracteriza de forma equânime em termos de faixa-salarial, carga-horária e etc., mesmo sendo a mesma categoria profissional compondo o mesmo espaço sócio-ocupacional. Ressalta-se também que este desnivelamento da faixa salarial também expressa-se na relação entre os profissionais que atuam em serviços das quais a execução é de responsabilidade do setor público para aqueles serviços que são de responsabilidade das instituições privadas, ou seja, as/os assistentes sociais dos CRAS e SAF's mesmo diante dessa analogia na relação do trabalho desenvolvido por ambos os profissionais.



O segundo aspecto é a rotatividade de profissionais como consequência da terceirização. Deste modo dá-se um prejuízo duplo: um refere-se à relação profissional e usuário e a dificuldade de se estabelecer como profissional de referência e ser reconhecido como tal pelos usuários, e ainda o prejuízo da instabilidade profissional sofrida e sentida pelos trabalhadores. O terceiro e último aspecto é a disparidade em relação às instalações das instituições que executam o Serviço de Atendimento Familiar, visto que cada instituição conta com sua própria estrutura, e nem todas dispõem das condições adequadas, ou seja, necessárias para a oferta do serviço. Essa questão tem uma relação direta com recursos que estão disponíveis para profissionais para o desenvolvimento do seu trabalho e consequentemente no modo como o serviço será ofertado para a população usuária.

Torna-se relevante registrar que não trata-se de uma crítica às instituições que executam o SAF, mas sim uma análise daquilo que se constitui a política de assistência social, eleita de forma tangencial, numa condução da gestão da política desta que se direciona na destituição dos direitos sociais. Compreende-se que o SAF na forma como está estruturado não condiz com o que está previsto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009) e que favorece para o processo de responsabilização do Estado na perspectiva de incumbir-se pela proteção social dos sujeitos. Contudo, não pode-se depreciar o trabalho desenvolvido pelas/os assistentes sociais inseridos nestes espaços, tendo em vista a sua relevância deste serviço para as comunidades as quais estão localizados os SAF's.

Ressalta-se que os aspectos aqui citados compreendem-se ao modo como a política de assistência social está sendo conduzida pela gestão do qual constata-se que o processo de desmonte da política de assistência social atua em diferentes campos de ação, sendo por meio da não realização de investimentos, extinção de recursos, a redução de recursos humanos e a desvalorização profissional.

Outro ponto a ser analisado refere-se à distribuição dos CRAS e SAF's no município de Porto Alegre, a qual está apresentada na Tabela 02.

**Tabela 2- Distribuição dos CRAS e SAF's do município de porto alegre**

REGIÃO	CRAS	SAF
Restinga/ Extremo Sul	3	3
Leste	2	6
Sul/ Centro Sul	3	1
Norte/ Noroeste	3	3

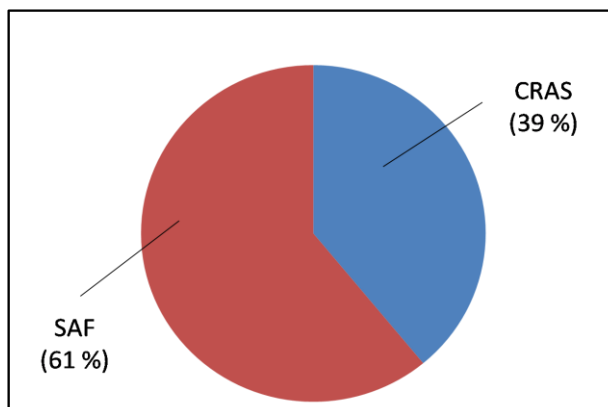
<b>Glória/ Cruzeiro/ Cristal</b>	3	9
<b>Lomba Pinheiro</b>	1	4
<b>Partenon</b>	1	2
<b>Eixo Baltazar/ Nordeste</b>	3	5
<b>Centro/ Ilhas/ Humaitá/ Navegantes</b>	3	2
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>35</b>

Sistematização elaborada pela autora. Fonte: FASC, 2018

Conforme pode ser visualizado através da Tabela 1 há um maior número de SAF's do que CRAS, visto que há um crescente aumento da população usuária. Entretanto a expansão da rede socioassistencial ocorre somente na rede conveniada, sendo esta uma forma de operar a política de assistência social com o mínimo de recursos. Nesse contexto, os impactos podem ser identificados por meio dos serviços que somente são ofertados através do CRAS como, por exemplo, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), onde a demanda de atendimento fica sobrecarregada diante do direcionamento do cadastramento e/ou atualização do CadÚnico de toda uma região somente para 1 (um) CRAS. Dessa forma, depara-se com a capacidade de atendimento inferior ao da demanda, agendamento prolongado dos atendimentos e por vezes nem mesmo o agendamento devido o esgotamento da agenda.

Ademais cabe destacar as 4 regiões, onde a quantidade de SAF's é superior a aos CRAS, sendo elas: *Eixo baltazar/Nordeste* com 3 (três) CRAS para 5 (cinco) SAF's; *Glória/Cruzeiro/Cristal* com 3 (três) CRAS para 9 (nove) SAF's; *Lomba do Pinheiro* com 1 (um) CRAS para 4 (quatro) SAF's e a *Leste* com 2 (dois) CRAS para 6 (seis) SAF's. A partir disso, apresenta-se mais um dado que reforça-se a afirmação do crescimento da população usuária e como resposta a isso a expansão da rede socioassistencial por meio da rede conveniada, conforme dados apontados na tabela acima.

Nessa relação é notória a proporção dos serviços da rede própria em relação a rede privada, em que revela-se que o município de Porto Alegre dispõe 22 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) enquanto as Organizações da Sociedade Civil representam 35 Serviços de Atendimento Familiar (SAF). O gráfico 01 que segue abaixo apresenta essa relação através de percentuais.

**Gráfico 1- Proporção de CRAS e SAF's**

Sistematização elaborada pela autora. Fonte: FASC, 2018

A proporção apresentada é reflexo da gestão compartilhada da política de assistência social no município de Porto Alegre. Tendo em vista a proporção dos CRAS (39%) para os SAF's (61%), identifica-se que a rede mesmo sendo privada é fundamental no SUAS para a composição da rede de atendimento (COUTO; YAZBEK; SILVA, RAICHELIS, 2010) tanto que resulta na predominância da rede privada sob a rede própria.

A pesquisa realizada sobre a implementação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil do qual os resultados foram apresentados no livro *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento* traz em um dos aspectos da pesquisa, a implementação do SUAS no Rio Grande do Sul. Dentre os achados um deles revela-se da “[...] existência e sustentação política – financeira de estruturas terceirizadas, com atuação paralela quando não conjunta ao comando único da política de assistência social” (COUTO; YAZBEK; SILVA, RAICHELIS, 2010, p.213).

Isso ocorre, pois é interesse do município a expansão da rede privada no sentido de reduzir custos com a referida política, em questão. Nesse aspecto, evidencia-se que “[...] iniciativa privada não deve comprometer a primazia do estatal prevista no sistema, visto as diferenças nas finalidades” (COUTO; YAZBEK; SILVA, RAICHELIS, 2010, p.245). Considerando esses aspectos, nos compete abordar sobre o atendimento prestado pelas ambas as redes, haja vista que as transformações no contexto da política de assistência social geram rebatimentos nos dois lados.

### 3.1. O ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ATRAVÉS DO PAIF E SAF: UMA SUCINTA REFLEXÃO

Na estrutura da proteção social básica do município de Porto Alegre o atendimento da população usuária se dá por uma gestão compartilhada entre a rede própria e rede privada. Esse modelo de gestão consiste no atendimento das demandas dos usuários através das ações do Estado e da Sociedade Civil. Compreende-se como rede socioassistencial o “[...] conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social” (BRASIL, 2005, p.94).

Nessa proposta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Atendimento Familiar (SAF) são dois dos três serviços que constituem a proteção social básica em Porto Alegre<sup>3</sup> que são respectivamente, executados pela rede própria e rede privada e caracterizam-se como serviços direcionados ao atendimento às famílias.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é ofertado pelo CRAS como uma ação centralizada da proteção social básica sendo a este referenciado aos demais serviços desta proteção. O Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF) foi criado em 2004, e trata-se de uma ação continuada na política de assistência social. Deste modo, o PAIF “[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, [...] de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço” (BRASIL, 2009, p.12). Assim, a proposta de trabalho acerca do PAIF “fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares”(BRASIL, 2009, p.12).

Dessa forma, a atuação profissional do assistente social na execução do PAIF se efetiva através do trabalho social com as famílias, por meio de “procedimentos qualificados, edificados a partir de saberes profissionais, embasados em princípios éticos e com finalidades a serem alcançadas” (BRASIL, 2012a, p.12). Além disto é um trabalho profissional que se compõe através do conjunto de conhecimentos teóricos, éticos e técnicos que para ser efetiva depende:

- a) de consciência crítica e espírito pesquisador por parte dos profissionais do CRAS;
- b) do conhecimento do território – suas potencialidades, recursos, vulnerabilidades, relações estabelecidas, de modo a realizar uma ação preventiva e proativa;
- c) da adoção de abordagens e procedimentos metodológicos apropriados

---

<sup>3</sup>No município de Porto Alegre os três serviços que compõem a proteção social básica são: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Atendimento Familiar (SAF). No entanto, o SCFV de 0 a 6 anos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas ainda não foram implementados no município de Porto Alegre.

para o cumprimento dos objetivos do Serviço; d) de estudo e análise permanente dos conceitos fundamentais, tais como: família e território, nas abordagens sociológica, antropológica, econômica, psicológica, entre outras, cuja compreensão é essencial para a implementação qualificada do PAIF; e) do planejamento e análise das ações a serem adotadas no desenvolvimento do trabalho social com famílias; f) da promoção da participação dos usuários no planejamento e avaliação das ações do Serviço; g) do desenvolvimento de uma prática interdisciplinar entre os profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS: assistentes sociais e psicólogos; h) do conhecimento sobre os ciclos de vida, questões étnicas, raciais, de orientação sexual, assim como outras questões específicas identificadas no território (BRASIL, 2012a, p.12-13).

Ainda sobre o trabalho social com as famílias, previsto na legislação da política de assistência social, do qual a matricialidade sócio-familiar coloca a família na centralidade das políticas sociais, especialmente, na política de assistência social através do PAIF enquanto um serviço ofertado pelo CRAS e o SAF pelas OSC expressa-se essa relação. De forma que “[...] é visível, ao lado da modernização conceitual, no que diz respeito à concepção, composição e estruturação das famílias, o conservadorismo nas expectativas em relação às funções da família” (TEIXEIRA, 2010, p.09).

Já o Serviço de Atendimento de Familiar (SAF) é executado pelas Organizações da Sociedade Civil<sup>4</sup> que compõem o Terceiro Setor<sup>5</sup>. Tratando-se dos propósitos do serviço:

[...] construir um espaço de escuta e reflexão, que propicie as famílias tanto o acolhimento da situação vivenciada, quanto à ampliação da conscientização acerca da sua dinâmica, dificuldades, potencialidades e recursos para o enfrentamento de conflitos, fortalecimento de vínculos e construção de novas formas de relacionamento (PMPA, 2011, p.08).

Neste contexto, o SAF se constitui de uma forma particular por se tratar de um serviço existente somente em nosso município e que não está previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, além de sua execução ser de responsabilidade das Organizações da Sociedade Civil - OSC.

Deste modo, os Serviços de Atendimento Familiar se organizam por meio da sua vinculação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo abrangido como um serviço complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

<sup>4</sup>De acordo com a Lei nº. 8.742, no Art. 3º e § 1º “consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos”.

<sup>5</sup>O terceiro setor[...] é formado por [...] (associações ou fundações privadas) não governamentais, que expressam a sociedade civil organizada, com participação de voluntários, para atendimentos de interesse público em diferentes áreas e segmentos. Avança da perspectiva filantrópica e caritativa para uma atuação profissional e técnica, na qual os usuários são sujeitos de direitos, tendo em vista o alcance de um trabalho qualitativamente diferenciado daquele que sempre marcou a história dessas organizações: o assistencialismo e a filantropia (COSTA, ANO, s/p.)

(PAIF), visto que conforme a LOAS (1993) as organizações da Sociedade Civil podem executar serviços, programas e projetos no âmbito de complementar as ações previstas pelo Estado.

Segundo a PNAS (2004) as novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil são um dos eixos estruturantes para a execução da política de assistência social, do qual corrobora para que haja uma expansão numa perspectiva de serviços, programas e projetos desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e até mesmo a sobressaliência da rede privada à rede própria, como já foi mencionado. O exemplo disso é a Lei Federal nº 13.019 conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) vigorado ano de 2017 no município de Porto Alegre.

Essa lei vem com a proposta de modernizar as formas de contratualizar com as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, permitindo três formas de parceria: Termo de colaboração, Termo de fomento e o Acordo de cooperação para a execução de serviços, programas e projetos, tal como ampliar o quadro de organizações parceiras por meio do reconhecimento de instituições de outras categorias como OSC. A parceria estabelecida entre as OSC com a Fundação de Assistência Social e Cidadania- FASC para a execução do SAF foi firmada através do termo de colaboração, visto que trata-se de um serviço de interesse de ambos no qual há repasse de recurso para as organizações.

Entretanto, torna-se importante ressaltar em relação aos objetivos de ambos os serviços conforme no quadro 02.

**Quadro 2- Objetivos do PAIF e SAF**

SERVIÇO	OBJETIVOS
<b>SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Fortalecer</b> a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;</li> <li>- <b>Prevenir</b> a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;</li> <li>- <b>Promover</b> aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;</li> <li>- <b>Promover</b> acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;</li> <li>- <b>Promover</b> acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;</li> <li>- <b>Apoiar</b> famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.</li> </ul>
<b>SERVIÇO DE ATENDIMENTO FAMILIAR (SAF)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Fortalecer</b> a função protetiva da família,;</li> <li>- <b>Prevenir</b> a ruptura dos seus vínculos;</li> <li>- <b>Promover</b> acesso e usufruto de direitos;</li> <li>- <b>Contribuir</b> na melhoria de sua qualidade de vida.</li> </ul>

A partir desta análise dos objetivos do PAIF e SAF reconhece-se a aparente simetria entre os mesmos, do qual deduz-se que os objetivos do SAF foram construídos com base no PAIF, diante do fundamento que se segmenta de duas formas: a demanda acerca do atendimento e acompanhamento das famílias e equitativamente a necessidade de atribuir uma nova proposta de trabalho para as Organizações da Sociedade Civil que estivesse de acordo com o SUAS. Nessa lógica, o Serviço de Atendimento Familiar se concebe na junção destes desses dois segmentos.

Para além, da simetria dos objetivos o fundamental é o propósito que estes pretendem alcançar: “Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território [...]; Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território [...]; Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; Melhoria da qualidade de vida das famílias [...]” (BRASIL, 2009, 15). Contudo para que haja a efetividade dos objetivos referidos, resta à realização das ações previstas na proposta dos serviços, visto que

[...] materialização do caráter preventivo, proativo e protetivo [...], seja no atendimento ou no acompanhamento das famílias, requer a operacionalização de ação de cunho organizativo-gerencial, compreendida como atividades contínuas de direção, planejamento, organização, monitoramento e avaliação de todas as atividades previstas [...], de modo a gerar informações sobre a execução e qualidade do Serviço, possibilitando a verificação do alcance dos objetivos previstos e as readequações necessárias (BRASIL, 2004, p.104).

Desta forma o quadro 03 traz a ilustração das ações previstas pelo PAIF e SAF.

**Quadro 3 - Ações previstas no PAIF e SAF**

<b>AÇÕES PREVISTAS</b>		
<b>S E R V I Ç O</b>	<b>PAIF</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Acolhida</b></li> <li>2. <b>Oficinas com as Famílias</b></li> <li>3. <b>Ações Comunitárias</b></li> <li>4. <b>Ações Particularizadas</b></li> <li>5. <b>Encaminhamentos</b></li> </ol>
	<b>SAF</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Acolhida para a população</b></li> <li>2. <b>Grupos de acompanhamento</b></li> <li>3. <b>Buscas ativas no território</b></li> <li>4. <b>Visitas domiciliares de acompanhamento</b></li> <li>5. <b>Agenda de acompanhamento</b></li> <li>6. <b>Reuniões técnicas</b></li> <li>7. <b>Ações educativas coletivas no território</b></li> </ol>

Sistematização elaborada pela autora. Fonte: BRASIL, 2012; PMPA, 2011

Para o desenvolvimento do trabalho social de ambos os serviços, estão previstas ações, conforme foi ilustrado no quadro 03 que consta acima. Percebe-se que há ações em comum em consequência dos objetivos que similares. Iniciaremos o reconhecimento das ações previstas, primeiramente pela com a acolhida do PAIF. A *acolhida* se caracteriza como o primeiro contato do usuário com serviço, uma escuta que pode ser de forma individual ou coletiva. Sendo

[...] realizado de modo coletivo. Utiliza-se a formação de grupos para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (BRASIL, 2012a, p.21-22).

Quanto às acolhidas particularizadas, estas possibilitam às famílias “relatar aquilo que não se sentiram à vontade para expor coletivamente, bem como para que o profissional possa registrar as informações repassadas pela família de forma mais sistemática e sigilosa, no prontuário da família” (BRASIL, 2012, p.22). Compreendem-se também as acolhidas podem ocorrer no CRAS e no domicílio.

A acolhida para a população prevista no SAF tem como finalidade a “[...] ampliação do acesso ao serviço socioassistenciais; Reorganização dos processos de trabalho; Consolidação do vínculo entre profissional e usuário e identificação de demandas e necessidades sociais” (PMPA, 2011, p.17). Na acolhida prevista no SAF não há referências sobre a realização da acolhida no domicílio, mas se destaca a acolhida coletiva.

A outra ação do PAIF abarca as *oficinas* que “[...] consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias [...]. Propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território (BRASIL, 2012, p.23-24). Na proposta do PAIF, há uma relevância nas oficinas como metodologia de trabalho para contemplar objetivos, porém no SAF prevalece-se ações direcionadas para o acompanhamento de famílias.

A primeira destas ações é o Grupo de acompanhamento, do qual proposta se constrói em duas modalidades de intervenções grupais: um grupo trata-se da Convivência familiar: “[...] enfatizam a dimensão da convivência, envolvendo encontros periódicos com um conjunto de pessoas que vivenciam questões de interesse comum, que serão compartilhadas e refletidas coletivamente [...]” (PMPA, 2011, p.09). O outro grupo atua na dimensão do desenvolvimento familiar por meio “[...] das relações familiares e/ou comunitárias, coletivamente, se propõe a elaborar com recursos lúdicos, interativos e reflexivos que



facilitem a reorganização de suas formas de pensar, sentir e agir diante de tal questão” (PMPA, 2011, p.10).

A segunda ação é às *visitas domiciliares* de acompanhamento, sendo essas visitas direcionadas para as famílias que estão em acompanhamento pelo serviço, principalmente, para aquelas que apresentam dificuldades para se fazer presente no serviço. E a terceira é a agenda de acompanhamento, do qual prevê a disponibilidade na agenda para a realização dos acompanhamentos familiares, para além das visitas domiciliares e os grupos de acompanhamentos.

Já as *ações Comunitárias* do PAIF “são ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Essas ações “[...] devem agregar diferentes grupos do território [...] e promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade[...]” (BRASIL, 2012, p.37). No SAF com esse mesmo propósito, são as ações socioeducativas coletivas no território, que se constituem como ações nos territórios utilizando-se de temáticas que refletem na realidade das comunidades e da mesma forma fortalecer o acesso à rede de atendimento do território. Deste modo, propõe-se que essas ações se desenvolvam pela dimensão socioeducativa que segundo Miotto (2009) se constituem pelo socialização informação e o processo reflexivo<sup>6</sup>.

As *ações particularizadas* também previstas no PAIF “ [...]referem-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do CRAS à família – algum(ns) membro(s) ou todo o grupo familiar, após a acolhida, de modo individualizado (BRASIL, 2012, p.41). Por fim os *encaminhamentos* que “são os processos de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. E têm como objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania” (BRASIL, 2012, p.37). Deste modo os encaminhamentos compreendem como uma ação da mesma maneira que também estão inseridos nas outras ações. Finalmente, as buscas ativas e as reuniões técnicas como ações do SAF. As buscas ativas no território são realizadas diante do estabelecimento de algumas prioridades como: “famílias em situação de descumprimento de condicionalidades de programas sociais; famílias em situação de vulnerabilidade detectada pela própria rede de serviços” (PMPA, 2011, p.27) e demandas de outros órgãos de garantia de direitos de crianças, adolescentes e idosos. As reuniões técnicas sendo estas as reuniões da própria equipe do SAF, outra com a equipe do CRAS para discussão de casos e

---

<sup>6</sup> A **socialização das informações** está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania (MIOTO, 2009, p.5). O **processo reflexivo**, característico das ações socioeducativas, se desenvolve no percurso que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não (MIOTO, 2009, p.7).

definição de novas estratégias para atendimento e acompanhamento e com o CREAS para referenciamento e contrarreferenciamento de casos.

Com base nessas informações observa-se que mesmo com as diferentes abordagens/modalidades de atendimento evidencia-se a importância destas ações se realizarem nos serviços. Desse modo é também de extrema relevância o trabalho executado pelos SAF's à população usuária na comunidade, pois, mesmo de forma precária, realiza um trabalho significativo com os usuários e suas famílias na política de assistente social

Para tanto, não pode-se deixar de lado que os SAFs como um serviço complementar deveria ter um papel de apoiador das ações previstas pelos CRAS, através do PAIF. Porém, identifica-se que as regiões nas quais estão instalados SAF's há uma delimitação dos territórios, impedindo que ocorra uma articulação maior entre os serviços para o atendimento das famílias. Assim, revela-se que no formato constituído no município de Porto Alegre, as ações executadas pelos SAF's estão para além do que se caracterizaria como ações complementares.

Tendo em vista que neste item desenvolveu-se aspectos sobre ambos os serviços, considera-se relevante apresentar os Serviços de Atendimento de Familiar e os respectivos CRAS de referência. Conforme dados fornecidos pela Fundação de Assistência Social e Cidadania- FASC no município de Porto Alegre 35 SAF's estão em funcionamento. A tabela abaixo apresenta estes dados.

**Tabela 3 - Serviços de Atendimento Familiar por CRAS de referência**

<b>CRAS DE REFERÊNCIA</b>	<b>SERVIÇO DE ATENDIMENTO FAMILIAR</b>
CRAS Centro	SAF Cedel SAF Floresta
CRAS Sul	SAF Fraternidade
CRAS Lomba do Pinheiro	SAF CPCA - Núcleo Bom Sucesso SAF CPCA- Núcleo Sede SAF CPCA – Herdeiros SAF CPCA- Núcleo Recreio da Divisa
CRAS Partenon	SAF ACCAT SAF Murialdo
CRAS Eixo Baltazar	SAF Esperança Cordeiro- Núcleo Sede SAF Esperança Cordeiro- Núcleo Rubem Berta
CRAS Timbaúva	SAF CESMAR

CRAS Nordeste	SAF Clube das Mães Bárbara Maix SAF CEMASI
CRAS Noroeste	SAF Maria de Nazaré
CRAS Norte	SAF Sempre Mulher
CRAS Santa Rosa	SAF Trenzinho da Alegria
CRAS Cruzeiro	SAF ACM SAF NEF SAF CENCOR 1
CRAS Glória	SAF AMNSA SAF CMA SAF AMPARO
CRAS Cristal	SAF Nazaré- Núcleo Sede SAF Nazaré- Núcleo Vila Pedreira SAF Mato Grosso
CRAS Leste I	SAF ELCA SAF CEJAK SAF ALAN
CRAS Leste II	SAF Santa Rita de Cassia SAF Herófilo SAF Vila da Tijuca
CRAS Restinga	SAF CPIJ
CRAS 5ª Unidade	SAF Castelo
CRAS Extremo Sul	SAF Belém Novo
<b>TOTAL</b>	
<b>18 CRAS</b>	<b>35 SAF's</b>

Sistematização elaborada pela autora. Fonte: FASC, 2011

A partir da tabela identifica-se que dos 22 CRAS do município de Porto Alegre, 18 destes equipamentos são referência para 35 SAF's. Em todas as 09 regiões do qual está organizada a execução da política de assistência de assistência foram contempladas com o Serviços de Atendimento Familiar (SAF), sendo que 4 CRAS (CRAS Centro Sul; CRAS Hipica; CRAS Ilhas e CRAS Vila Farrapos) não delimitam territórios com os SAF's. As

regiões onde não há a delimitação de território com os SAF's o atendimento às famílias cabe somente ao CRAS o que reflete no número de famílias referenciadas a cada técnico da equipe do CRAS.

#### **4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA: A COMUNIDADE COMO LOCUS DO DIREITO SOCIAL**

O trabalho do assistente social e demais técnicos da política de Assistência Social a partir da implantação da PNAS e SUAS trouxe importantes considerações no que se refere o trabalho na comunidade. Estes trouxeram conceitos fundamentais na execução daquilo que se caracterizaria no trabalho com a população no locus da comunidade.

A comunidade enquanto espaço de intervenção do Serviço Social constituiu-se desde a metade do século passado, quando era necessário o desenvolvimento da população em prol do desenvolvimento econômico. O quadro econômico- social no final dos anos cinquenta marcou a erosão do Serviço Social tradicional no Brasil. Dentre os fundamentos para a ocorrência de tal identificou-se a “[...] dissincronia com as “solicitações” contemporâneas, a insuficiência da formação profissional e a subalternidade executiva” (NETTO, 1996, p. 139). Os processos de abordagem individual e grupal já não atendiam às demandas decorrentes deste período histórico do País, de modo que a abordagem comunitária se desenvolveu como outra modalidade de intervenção das/os assistentes sociais (NETTO, 1996).

Antes do que se caracterizaria como o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ainda na década de 1960, o Desenvolvimento de Comunidade (DC) estava atrelado a “[...] preocupações basicamente microssociais” (NETTO, 1996, p. 137) e estrategicamente direcionado ao desenvolvimento do capitalismo no País. Voltada à perspectiva modernizadora o Serviço social se compunha como “[...] instrumento de intervenção inserida no arsenal técnica sociais a ser operacionalizado no marco das estratégias de desenvolvimento capitalista [...]” (NETTO, 1996, p. 154). Carece-se do aperfeiçoamento técnico ao que refere-se às ações profissionais.

As relações entre as políticas cultural e educacional da autocracia burguesa daquela época beneficiaram a perspectiva modernizadora (NETTO, 1996), do qual “[...] pôde desenvolver-se com o subseqüente aporte de uma universidade burocratizada e ideologicamente neutralizada” (NETTO, 1996, p. 163). No entanto, a partir de 1965 a própria

categoria profissional iniciou os questionamentos sobre o real objetivo da profissão no intuito de repensar o exercício profissional da/o assistente social.

Os seminários de teorização do Serviço Social Brasileiro que ocorriam nesse período contribuíram para que repercutisse as problematizações sobre o papel da/o assistente social diante dos marcos ideológicos do desenvolvimentismo de modo que favorecem para a construção de uma nova ótica do “[...] trabalho da/o assistente social com relação à população, tendo em vista o desenvolvimento, [...] no sentido de promovê-las” (AGUIAR, 1985, p.131).

A prática do Desenvolvimento de Comunidade ainda se fazia presente, contudo foi atribuído um caráter político, crítico e classista de forma que o “Desenvolvimento de Comunidade passa a ser inserido no contexto do desenvolvimento nacional, numa dimensão macrossocietária e em função de mudanças estruturais” (AMMANN, 1991, p.69). Uma ruptura de forma gradual com o Serviço Social tradicional suscitou um posicionamento e amadurecimento profissional que abriu portas para a construção de um novo projeto profissional pautado em dimensões críticas e reflexivas.

À vista disso, a instrumentalidade do Serviço social reformulou-se através da construção de novas estratégias de intervenção de modo que viessem atender os interesses da classe trabalhadora. Construiu-se uma nova perspectiva diferente daquela que compunha o desenvolvimento de comunidade (DC) de modo que consolidou-se como um “[...] processo destinado a criar condições de progresso econômico e social para toda comunidade com participação ativa desta e a maior confiança possível em sua iniciativa” (BELEZA; BARCELLOS, 1971, p.11 apud ONU, 1960). Nesse mesmo ponto de vista, Silva (1975) refere-se que também é “[...] um processo planejado de mudanças no nível do aparelho produtivo da sociedade e das estruturas sociais básicas [...]” (p.1).

O período que consolidou-se o Movimento de Reconceituação da profissão constituiu-se de três pilares, ou por assim dizer, vertentes que concebiam a profissão. Além da vertente modernizadora, a vertente de Reatualização do conservadorismo e a vertente de intenção de ruptura também integraram o Movimento de Reconceituação (NETTO, 1996). No entanto, foi a partir da vertente modernizadora que foi repensada a prática de desenvolvimento de comunidade (DC) tanto quanto o trabalho da/o assistente social. E ainda a partir da vertente de intenção de ruptura que buscou-se uma proposta profissional com base marxista, tal como a estruturação de uma intervenção por meio da mobilização da população e junto aos movimentos sociais legitimando as lutas da classe trabalhadora. Essas vertentes construíram

bases para que o foi o desenvolvimento de comunidade na metade do século passado e para o que hoje se constitui como trabalho da/o assistente social na comunidade.

A prática que se efetiva na comunidade (SOUZA, 2014), passa ser um espaço de intervenção da/o assistente social nas diferentes políticas sociais. Deste modo, a comunidade era compreendida como sendo o “[...] cotidiano dos indivíduos e grupos que partiram de condições sociais comuns e, face a elas, organizam o seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria” (SOUZA, 2014, p. 79).

Para as/os assistente sociais inseridos na política de assistência social, o trabalho na comunidade se consolida a partir da incorporação da perspectiva socioterritorial na PNAS (2004), onde conteúdos das diretrizes da política de assistência social como território, territorialização e territorialidade irão compor o trabalho no lócus da comunidade.

A substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contra poderes que se estruturam, tomando como referência a infraestrutura física e social da área que, por sua vez, tem suas determinações nas estruturas fundamentais da sociedade. A comunidade é, portanto, forma particular de expressão da própria sociedade. Como tal, compreendê-la supõe compreender a sociedade global e mais os elementos de sua particularidade própria (SOUZA, 2014, p.80).

Neste sentido pode-se compreender que o trabalho da/o assistente social desenvolvido na política de assistência social na proteção social básica se realiza na comunidade, devendo-se considerar a leitura da realidade para que a partir da totalidade se possa apreender as múltiplas determinações sociais que se particularizam no espaço da comunidade. Sendo a comunidade “[...] uma unidade social dinâmica, onde se destacam os fatores de relacionamento, de delimitação geográfica e de função. As categorias de relações na comunidade se referem [...] aos laços mais resistentes na rede de relações: a família, o trabalho e a vizinhança” (BAPTISTA, 1979, p.50).

Em vista disso, o DC apresenta-se como uma das suas perspectivas “[...] como processo educativo em função da organização social da população comunitária para enfrentamento dos seus interesses e preocupações e, conseqüentemente, criação das suas condições de cidadania” (SOUZA, 2014, p.22). Deste modo, a sua relação com o Serviço Social “consiste na mobilização, articulação e orientação dos esforços de indivíduos e grupos de uma comunidade para dotá-la dos recursos indispensáveis ao bem-estar e progresso de seus próprios membros, mediante ação cooperativa” (BELEZA; BARCELLOS, 1971, p.12 apud Documento de Araxá, 1967).

Considerando o trabalho da/o assistente social a partir da mobilização, articulação e orientação dos sujeitos, cabe na execução dos processos de trabalho na comunidade a participação social ser um dos elementos chaves para a construção de processos reflexivos e críticos juntamente com os usuários. Segundo Souza (2014), a participação social como componente do Desenvolvimento de Comunidade se constitui por meio de três alicerces: “[...] conscientização, organização e capacitação da população ante a sua realidade social concreta” (p.120).

[...] a participação da população é um processo abrangente que supõe previamente a existência de motivações e interesses coletivos, mecanismos institucionais, liberação e canalização de energias potenciais da comunidade em direção a objetivos determinados e um sistema de instrumentos legais, administrativos e técnicos que regulem sua efetivação (SILVA, 1975, p.08-09).

Deste modo, “A conscientização como elemento do processo pedagógico de participação é um processo de ultrapassagem da consciência individual para a consciência social dos problemas coletivos” (SOUZA, 2014, p. 107), ou seja, “[...] se traduz como processo contínuo de compreensão crítica da realidade” (SOUZA, 2014, p. 108). Já a organização, “[...] supõe conscientização e, por sua vez, é meio para que esse processo se amplie. Articulações internas e externas a nível individual, grupal e institucional são elementos próprios da organização social, enquanto expressão da força social da população” (SOUZA, 2014, p. 112). E por fim, a capacitação que “[...] supõe estimulação e assessoramento à população, para que se tenha meios de apreensão contínua da realidade [...]. Supõe também instrumentalização da população para elaboração sistemática dos projetos reforçadores das reivindicações [...]” (SOUZA, 2014, p. 115). De modo que corresponde “[...] ao processo de implementação de novas ações definidas a partir da avaliação de experiências já desenvolvidas e nas quais se fazem presentes os processos de conscientização e capacitação” (SOUZA, 2014, p. 115). Tendo isso, compreende-se que estes elementos em seu conjunto formam o processo de participação (SOUZA, 2014).

Considerando que o trabalho da/o assistente social na comunidade se consolida por meio das ações propostas pelo PAIF e SAF, é primordial “[...] adotar metodologias participativas e interdisciplinares de trabalho com as famílias fortalecendo direitos de cidadania [...]” (MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009, p.17). Dessa forma, o trabalho na comunidade expressa-se por sua complexidade, pois abarca dimensões como

conscientização, organização e capacitação das quais precisam ser alcançadas para que se efetive a participação social dos usuários.

Neste sentido, trata-se de um processo que se consolida gradativamente, visto que trabalhar com processos participativos envolvendo a população usuária é complexo, considerando a própria dinâmica da realidade social. Nesse aspecto, exige da/o assistente social planejamento e clareza daquilo que se quer como direção na realização do trabalho na comunidade, mediado pelas premissas legais da política de Assistência Social a qual compreende que o trabalho do/a assistente social na comunidade. Neste sentido, primeiramente, se consiste na identificação das demandas da população usuária, de modo que expressa-se pela apreensão das expressões da questão social<sup>7</sup>, possibilitando a leitura da realidade social e o reconhecimento das particularidades existentes em cada comunidade. Em relação a isso, Iamamoto (2001) traz que é necessário “[...] decifrar as múltiplas expressões da questão social, sua gênese e as novas características que assume na contemporaneidade, atribuindo transparência às iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato” (p.29).

Dessa forma, os processos de mobilização social são de suma importância para o desenvolvimento de processos de participação social da população usuária sendo esta uma direção do trabalho na comunidade com vistas ao acesso aos direitos de cidadania. No entanto trata-se de uma esfera ainda não alcançada do qual há um esforço pelos/as profissionais para que se efetive. Entende-se que a clareza daquilo que se quer com o trabalho na comunidade são permeados não somente pelas normativas legais da política de assistência social, mas também pelas competências teórico- metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão tal como o projeto ético político profissional.

#### 4.1 A PESQUISA DE CAMPO: RECONHECENDO O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA COMUNIDADE

A trajetória desta pesquisa deu início a partir da inserção no Estágio Obrigatório em Serviço Social no Serviço de Atendimento Familiar (SAF CEDEL) no ano de 2017. Foi uma experiência que proporcionou conhecer de forma abrangente a rede socioassistencial e intersetorial do município de Porto Alegre, mas, especialmente, da região centro do

---

<sup>7</sup>De acordo com Iamamoto (2001) “[...] o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação da especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (p.27).



município. Neste processo desabrochou um interesse pelo trabalho do/a assistente social na comunidade e conseqüentemente questionamentos, visto as dificuldades apontadas pelas equipes técnicas dos serviços da política de assistência social e demais políticas sociais em relação a efetivação deste trabalho. A necessidade de readequação do projeto de intervenção em consequência destas dificuldades resultou na motivação de realizar um processo de reflexão sobre o trabalho do/a assistente social na comunidade.

Diante deste histórico no segundo semestre de 2018 se estruturou a proposta do Trabalho de Conclusão de Curso. Compreendendo que para discutir sobre os aspectos a qual a proposta se propunha tornou-se necessário arquitetar uma pesquisa de campo para que fosse possível atender os objetivos da pesquisa. Tendo isso, iniciou-se a elaboração do projeto de pesquisa e sequentemente o encaminhamento deste para Comitê de Pesquisa e de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>8</sup>. Após avaliação e retorno com parecer aprovado, encaminhou-se a proposta da pesquisa para a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), tendo em vista que a proposta contemplava os profissionais inseridos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Serviços de Atendimento Familiar (SAF).

Considerando desde o envio da proposta em Novembro/2018 à FASC até a autorização desta em Março/2019 para o prosseguimento da pesquisa passaram-se quatro meses do qual tornou a coleta de dados um processo mais lento. Contudo, cabe ressaltar que o difícil momento histórico também vivenciado pela FASC colaborou na demora deste retorno, mas não o interesse das profissionais da Proteção Social Básica da FASC no sentido de agregar informações e se disponibilizar a fim de efetivar o prosseguimento da pesquisa.

Conforme amostra definida no projeto da pesquisa totalizou-se 18 profissionais, tendo em vista a intenção de abranger as 9 regiões do município de Porto Alegre, sendo 2 profissionais por região – 1 CRAS e 1 SAF. Deste modo, a etapa que consistiu no convite aos profissionais para a participação da pesquisa através do Grupo Focal se sucedeu no período de um mês somente na realização de convites por e-mail e contato telefônico. Foi uma etapa do qual empregou um tempo superior a qual se havia previsto, tendo em vista a dificuldade em obter o retorno dos profissionais quanto a sua participação na pesquisa. Como forma de refletir acerca dos aspectos que impediram a participação das/os assistentes sociais dos referidos serviços contemplados na amostra da pesquisa, o quadro 04 foi construído como forma de ilustrar o contexto.

---

<sup>8</sup> COMPESQ/PROPESQ-UFRGS

**Quadro 4- Desdobramentos da pesquisa**

MOTIVOS APRESENTADOS PELOS SERVIÇOS	Nº DE SERVIÇOS
LICENÇA SAÚDE	02
SEM JUSTIFICATIVA	05
IMPOSSIBILIDADE DE AGENDA	01
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>

Sistematização elaborada pela autora através dos dados da pesquisa

Conforme o que foi apontado acima e o que pode ser observado no quadro 04 do total de 18 profissionais 08 não participaram da pesquisa. Dentre esses, duas profissionais assistentes sociais não participaram da pesquisa em decorrência da licença saúde. Mesmo diante dessa circunstância não houve substituição destas profissionais no seu período de afastamento. Nestes casos, trata-se de SAF's e deste modo torna-se relevante mencionar, visto que a equipe técnica do SAF é composta por um/a assistente social e um/a psicólogo/a e na ausência de um destes, a equipe se reduz em apenas um profissional. Isso corrobora com a discussão teórica apresentada anteriormente do qual versa sobre o processo de precarização do trabalho a qual a/o assistente social dentre outros profissionais estão sujeitos.

Quanto à impossibilidade de agenda, refere-se que duas datas foram disponibilizadas para a realização do grupo focal, de modo a possibilitar a participação de um maior número de profissionais. No entanto, se destaca os 05 serviços do qual não houveram nenhuma manifestação dos profissionais quanto a sua participação ou não na pesquisa, mesmo diante das inúmeras tentativas de contato e encaminhamento de e-mail. Este dado requer uma problematização no sentido de compreender os motivos pelos quais não houve retorno. Indaga-se: há um desinteresse dos profissionais em vista da temática adotada na pesquisa? a redução de recursos humanos que inviabiliza a participação em atividades externas? a impossibilidade de agenda e por essa questão nem houve manifestação ou impedimento em decorrência da não liberação da chefia? Aponta-se algumas suposições com a intenção de compreender os motivos diante da ausência do retorno, no entanto estas permanecem no plano das hipóteses.

Quanto aos profissionais que participaram da pesquisa, 7 assistentes sociais participaram do grupo focal, dos quais 05 profissionais se fizeram presente no encontro realizado no dia 23/04/2019 e 02 profissionais no encontro realizado no dia 26/04/2019. As outras 02 assistentes sociais participantes da pesquisa a coleta de dados se deu através de entrevista individual, pelo interesse das mesmas. Por fim se totalizou 09 assistentes sociais conforme apresentado no quadro 05.

**Quadro 5 – Participantes da Pesquisa**

AMOSTRA DA PESQUISA	PARTICIPANTES DA PESQUISA	CRAS/SAF
<b>18 Assistentes Sociais</b>	<b>9 Assistentes Sociais</b>	<b>05 CRAS</b>
		<b>04 SAF</b>

Sistematização elaborada pela autora através dos dados da pesquisa

Conforme dados do quadro 05, do total de 18 profissionais previsto na amostra da pesquisa 9 (50%) participaram do Grupo Focal. Destes 05 assistentes sociais estão inseridos nos CRAS e 04 nos SAF's. Quanto às regiões representadas pelos serviços foram englobadas: a região Centro; Restinga/Extremo Sul; Leste; Sul/Centro Sul; Partenon; Lomba do Pinheiro e Norte/Noroeste no total de 7 regiões.

A respeito da caracterização dos participantes da pesquisa, são assistentes sociais com idade entre 30 anos a 58 anos, sendo 08 profissionais do sexo feminino e 1 do sexo masculino formados entre o período de 1993 a 2017. Dentre as instituições de formação estão PUCRS, Ulbra, Unisinos, IPA e UFRGS. Destes 9 profissionais 04 possuem pós-graduação. Quanto ao tempo de trabalho na instituição 4 profissionais estão no período entre 06 meses à 4 anos; outros 4 profissionais no período entre 5 anos à 10 anos e 1 profissional no período de 21 anos. Sobre período de experiência na política de assistência social há 4 profissionais com experiência entre 10 à 15 anos, outros 3 profissionais com experiência de 5 à 7 anos, 1 profissional em torno de 1 ano e meio e outro com 27 anos de experiência na política de assistência social.

Partindo para os aspectos de coleta e análise dos dados coletados, a pesquisa intitulada **“O trabalho do assistente social na comunidade e a interface com a diretriz territorialidade: um estudo dos CRAS e SAF's no município de Porto Alegre”**,

caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de campo do tipo qualitativa, com o emprego de formulário com questões semi-estruturadas e grupo focal. Sendo está de caráter qualitativa, “[...] se preocupa [...], com um nível de realidade que não pode ser quantificado. [...] Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]” (MINAYO, 1994, p.21-22). Assim, o uso do estudo exploratório vem ao encontro com a realidade a qual se pretende pesquisar, visto que são poucas as produções sobre essa temática, especificamente, sobre o trabalho do assistente na comunidade na política de assistência social.

Referente aos instrumentos de coleta de dados se utilizou o formulário (Apêndice B), no momento inicial do grupo focal para a realização da caracterização da população pesquisada. Posteriormente se deu início ao grupo focal do qual se utilizou tópicos guia (Apêndice C) para a coleta dos dados. É importante mencionar que a pesquisa resguardou aspectos éticos que envolve seres humanos respeitando que estão versados na Resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012 e ainda na Resolução número 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) que considera a livre participação do sujeito que, antes da entrevista, leu e assinou duas vias, tendo ficado uma como entrevistador, outra com o entrevistado.

Para a organização e análise dos dados coletados se adotará a análise de conteúdo que conforme, (MORAES, 1999, p.2) utiliza-se “[...] especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar”. Desse modo, compõe-se das etapas: “Preparação; Categorização; Descrição, Interpretação e Análise que se trata de uma [...] compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens através da inferência e interpretação” (MORAES, 1999, p.7-9).

A pesquisa buscou responder o problema de pesquisa, que se constituiu como: De que forma o trabalho das/os assistentes sociais nas comunidades por meio da sua inserção nos CRAS e SAFs de Porto Alegre materializam a diretriz da territorialidade?

E como questões norteadoras: (i) O que os assistentes sociais compreendem por trabalho na comunidade a partir das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)? ; (ii) Qual é a compreensão dos/as assistentes sociais do conceito de territorialidade? ; (iii) Quais são as ações desenvolvidas que contemplam o trabalho na comunidade? e (iv) Quais os desafios e possibilidades encontradas pelas/os assistentes sociais frente ao trabalho comunitário?

Deste modo, para o desenvolvimento da análise foram elegidas três categorias para discussão de aspectos que referem-se aos objetivos com a intenção de responder o problema pesquisa proposto: (i) O trabalho do assistente social na comunidade, (ii) territorialidade e (iii) política de assistência social, que será trabalhada a seguir.

### **O trabalho do assistente social na comunidade**

A análise desta primeira categoria se dará por meio da unificação de três aspectos: a compreensão das/os assistentes sociais acerca do trabalho na comunidade, as ações realizadas juntamente das estratégias adotadas para a efetivação do trabalho e por fim os desafios e as possibilidades frente ao trabalho na comunidade. Partindo da compreensão sobre o que consiste o trabalho na comunidade, as/os assistentes sociais referem-se que este se expressa no olhar para a comunidade e no reconhecimento das necessidades da população.

O trabalho na comunidade um desafio, pois tem se ficado mais dentro do serviço.  
Contemplar todo o território. Olhar para a comunidade inteira.  
Estar próximo dos usuários. (fala da assistente social 01)

[...] pensar num trabalho comunitário é olhar esse território com um todo  
diante de suas grandes diferenças [...]. (fala da assistente social 02)

[...] um olhar para políticas públicas que estão ao redor daquele território,  
daquela comunidade. (fala da assistente social 09).

Entende-se que o trabalho na comunidade constitui-se de todos os micros territórios, tendo em vista as múltiplas territorialidades que constituem um amplo território. É relacionado a isso, que a assistente social 02 refere-se que o trabalho na comunidade deve considerar as grandes diferenças existentes no território. Compreende-se que o “estar próximo dos usuários” referido pela assistente social 01 decorre através das ações desenvolvidas pelo serviço, principalmente, nas ações caráter coletivo, mas, especialmente, as ações de caráter coletivo no espaço do território.

Tratando-se dessa aproximação dos usuários por meio da inserção dos profissionais na comunidade é referido pela assistente social 06 que é:

[...] complexo e desafiador ele também é muito interessante, pois é nesses processos de inserção da comunidade que as coisas se dão, do contato com o usuário do quanto também a gente consegue se aproximar. (fala da assistente social 06).

É percebido que a vinculação da população usuária com o serviço e o conseqüentemente reconhecimento deste e o profissional que lhe representa se dá de uma maneira mais sólida quando os técnicos se fazem presente nas comunidades nos espaços compartilhados pelos usuários. Pode-se assim dizer que concebe-se uma relação mais horizontal entre profissional e usuário, o que significa que o processo de acolhimento do sujeito por parte da/o assistente social se torna mais possível. A partir disto percebe-se que o II princípio do código de ética do/a assistente social também é mediado quando a “[...] recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993, p. 23). Entretanto, isso ainda se apresenta como um desafio para os profissionais da política de assistência social.

De acordo com a fala da assistente social 09 considera-se também as políticas públicas existentes nos territórios por meio dos serviços ofertados como parte do que consiste o trabalho na comunidade. Percebe-se a perspectiva socioterritorial, de modo que a rede socioassistencial é reconhecida como um elemento que constituiu o trabalho na comunidade diante da possibilidade de materialização da política de assistência social. Em virtude disso, que Guilherme (2012) traz que

[...] as políticas públicas devem-se originar a partir dos sujeitos sociais coletivos que, por meio de mecanismos de participação democrática e de repartição de poder, intervêm no processo de desenvolvimento econômico, político e social. O envolvimento pleno dos sujeitos nos processos de participação conduz a políticas públicas territoriais construídas de baixo para cima, isto é, a partir do lugar como um espaço vivido e dotado de significado (GUILHERME, 2012, 139-140).

Nesse sentido, o autor apresenta um aspecto importante a ser considerada no processo de implementação dos serviços nos territórios com o intuito de viabilizar o acesso a população às políticas públicas: a participação da população usuária nos processos que incidem na deliberação do que se apresenta como demanda social nos distintos territórios. Dessa forma, o assistente social “[...] deve perceber as necessidades locais, transformando-as, por meio de uma coletividade crítica, em reivindicações políticas” (GUILHERME, 2012, p.140). Assim, como referido por Souza (2004) a coletividade crítica se desenvolve por meio

do processo pedagógico de participação<sup>9</sup>: conscientização, organização e capacitação da população usuária. Tendo isso, a/o assistente social irá

[...] contribuir na elaboração e execução de projetos no âmbito da política de desenvolvimento urbano em territórios, por meio de uma reflexão propositiva na construção teórico-metodológica emancipatória. Ou seja, combinar políticas estruturais, específicas e locais, a partir da participação, proposição e fiscalização por parte de cada população territorial (GUILHERME, 2012, p.139).

Deste modo, principalmente, a capacitação possibilita aos usuários a instrução necessária para fiscalizar acerca do que é ofertado pelas políticas públicas no âmbito do território.

O segundo ponto que refere-se ao trabalho do assistente social na comunidade é a identificação das ações desenvolvidas por estes profissionais. Tendo em vista, que foram diversificadas as ações apontadas pelas/os assistentes sociais apresenta-se o quadro 06 como forma de expor todas as ações referidas, bem como sua frequência apontadas pelos assistentes sociais.

**Quadro 6 - Ações desenvolvidas pelas/os assistentes sociais**

Ações desenvolvidas	Nº de assistentes sociais que mencionam a ação
<b>OFICINAS</b>	<b>06</b>
<b>ACOLHIDA COLETIVA</b>	<b>06</b>
<b>TRABALHO EM REDE</b>	<b>04</b>
<b>VISITA DOMICILIAR</b>	<b>03</b>
<b>AÇÕES EDUCATIVAS</b>	<b>01</b>
<b>TRABALHO COM GRUPOS</b>	<b>02</b>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<b>01</b>
<b>EVOLUÇÃO DE PRONTUÁRIOS</b>	<b>01</b>
<b>BUSCA ATIVA</b>	<b>01</b>

Sistematizada elaborada pela autora através dos dados da pesquisa

<sup>9</sup> Conforme Souza (2004) o processo pedagógico da participação compõe-se pela *conscientização*, sendo da consciência ingênua para a consciência coletiva; a *organização* através da articulação consciente de coletividade e a *capacitação* por meio da análise crítica e conseqüentemente a instrumentalização da população usuária. Desse modo, este processo se opera na realidade comunitária.

Considerando as oito ações apontadas, três se destacaram: a primeira refere-se às *oficinas* como metodologia de intervenção, tendo em vista que 06 dos 09 assistentes sociais que participaram da pesquisa referiram que se utilizam das oficinas para a efetivação de diferentes objetivos de trabalho.

Oficina sobre a violência doméstica diante da relevância da temática diante da realidade da comunidade; Oficinas de documento; Oficina de cadastro único; Oficina de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a inserção das crianças e adolescentes em espaços de proteção [...]. (fala da assistente social 07).

Conforme referido pela assistente social 07 a oficina compõe-se de diferentes focos de trabalho, tendo como intenção de constituir um espaço de problematização de temáticas relacionadas ao contexto socioterritorial da comunidade; as oficinas de documento para encaminhamento de certidões e registros; às oficina de cadastro único que é destinada para as famílias que desejam se inscrever no cadastro único e também as famílias em descumprimento com as condicionalidades do programa bolsa família e por último a oficina de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a realização da inscrição de crianças e adolescentes neste serviço.

Dentre todas as propostas de oficinas identifica-se que o foco principal das oficinas está relacionado ao cadastro único, conforme relato das/os assistentes sociais 03, 04 e 05.

[...] oficinas pontuais vinculados aos programas sociais [...].  
(fala da assistente social 03).

[...] ações mais voltadas para questão do cadastro. (fala da assistente social 04).

[...] ações do CRAS para o cadastro único, [...] oficinas referente as condicionalidades. (fala da assistente social 05).

O foco das oficinas, principalmente, ao cadastro único também, está associado aos novos critérios estabelecidos para requerimento e atualização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é solicitado a partir do registro no cadastro único para a concessão do



benefício. O BPC é direito de cidadania, instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social de 1993. Este benefício garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo para o idoso de 65 ou mais e à pessoa com deficiência desde a comprovação que não possuem meios para prover seu sustento e nem deste ser provido pela família (BRASIL, 2011). O BPC é um dos benefícios de maior investimento da seguridade social, de acordo com a Secretária da Previdência, cerca de 4,7 milhões de pessoas foram beneficiadas, a um custo total de R\$ 53,3 bilhões em 2018. Apesar de uma conjuntura conservadora, o benefício conferido a partir da LOAS, assiste de maneira importante famílias que estão em condição de situação de pobreza.

Somada a isso está o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência de renda e de apoio no acesso à saúde, à educação e à assistência social destinado à famílias de baixa renda (renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa) inscritas no cadastro único. Entretanto, a transferência direta de renda se dá às famílias em situação de extrema pobreza com renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa ou famílias em situação de pobreza com renda mensal de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 por pessoa (BRASIL, 2015).

Diante da expressividade tanto do BPC quanto do PBF trata-se de uma demanda significativa de trabalho. Entretanto, é necessário atentar-se que o cadastro único vem assumindo na proteção social básica como sendo o principal foco do trabalho e não aquilo proposto pela PNAS. Compreende-se totalmente a relevância do cadastro único na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e as irrefutáveis limitações para a execução do trabalho na referida política, mas a uma dimensão maior daquilo que é previsto pela PNAS, e não somente a execução do CadÚnico, que inclusive é feito de forma burocrática. Dessa forma, no atual cenário de retrocesso é necessário a busca por alternativas que superem os processos de trabalho que são imediatos e burocráticos.

Outra ação destacada pelas/os assistentes sociais é a *acolhida coletiva* como porta de entrada a política de assistência representa a segunda principal ação desenvolvida pelos serviços, de modo que 06 dos 09 assistentes sociais participantes da pesquisa mencionaram também a realização do acolhimento coletivo.

Acolhidas coletivas; os atendimentos individuais para fins de acompanhamento [...]; O grupo de desenvolvimento familiar para as famílias acompanhadas; ações educativas mensais; visitas domiciliares; participações nas reuniões (conselho tutelar, CRAS, CREAS). (fala da assistente social 06).

[...] as acolhidas coletivas e individuais; encaminhamentos, o trabalho com a rede, evoluir prontuários; visita domiciliar. (fala da assistente social 08).

[...] acolhida individual; o acolhimento coletivo, a oficina do cadastro único, [...] grupo. (fala da assistente social 09).

Como já referido a acolhida coletiva torna-se a porta de entrada da política de assistência social, pois é por meio desse espaço que os usuários dispõem de uma escuta profissional qualificada, repasse de informações requeridas e o encaminhamento frente às demandas apresentadas. Além disso, é o “[...] momento em que o profissional deve buscar compreender os múltiplos significados das demandas, vulnerabilidades e necessidades apresentadas pelas famílias (BRASIL, 2012, p.17).

Deste modo, a acolhida coletiva “Constitui, assim, ação primordial na garantia de acesso da população ao SUAS e de compreensão da assistência social como dever estatal e direito de cidadania (BRASIL, 2012, p.19).É através do espaço da acolhida coletiva que os usuários passam a compreender que os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados por meio da política de assistência social tratam-se de direitos e não ações de cunho assistencialista.

A última ação destacada foi o *trabalho em rede* apontado por 4 dos 9 profissionais participantes da pesquisa. Neste aspecto, o trabalho em rede compõe-se como uma linha de trabalho<sup>10</sup> que incorpora os serviços socioassistenciais e demais políticas intersetoriais, pois entende-se que a superação das necessidades das famílias não se finda somente através de uma política social. Deste modo,

[...] a articulação da rede socioassistencial da PSB – uma das funções de gestão territorial do CRAS [...] a realização de contatos, prévios e posteriores, da equipe técnica do CRAS com os serviços da PSB, de forma a garantir a efetivação do encaminhamento e o retorno da informação (BRASIL, 2012, p.46).

<sup>10</sup> Linha de trabalho: termo utilizado informalmente pelas/os profissionais ao caracterizarem a rede intersetorial das políticas sociais. As reuniões de rede, ou seja, o trabalho em rede expressa no trabalho intersetorial por meio do planejamento e execução de um trabalho em conjunto das diferentes políticas sociais e instâncias de garantia de direitos do qual se fazem presentes profissionais de distintas áreas de conhecimento. Tendo em vista que esta articulação se dá no formato regionalizado de modo que não é adotado por todas as regiões do município de Porto Alegre, a intersetorialidade compreende-se por uma linha de trabalho do qual se constitui diante do interesse dos profissionais que compartilham do mesmo entendimento em relação ao trabalho em rede.

Dessa maneira, o trabalho em rede se fomenta, principalmente, através da articulação dos serviços com vistas a construção de novas estratégias para efetivação do trabalho e a viabilização do acesso aos direitos sociais. Sendo assim, o trabalho em rede tem-se como intuito romper com práticas pautadas pela fragmentação baseada no entendimento que cada serviço desenvolve o trabalho em sua “caixinha” e não é necessária integração entre as diferentes políticas e focalizada no sentido de direcionar as ações somente para as famílias em situação de extrema pobreza. O trabalho em rede consiste na problematização das demandas dos usuários e sucessiva elaboração de projetos de trabalho.

Em segundo plano foram referidas as visitas domiciliares, ações educativas, o trabalho com grupo, os encaminhamentos e a evolução de prontuários. Identifica-se que as ações que necessitam se desenvolver em ambiente externo do serviço são consideradas mais complexas, principalmente, por exigir um grau maior de planejamento e recursos que nem sempre se encontram disponíveis.

Essa questão ocorre, especialmente, no desenvolvimento das ações educativas ou como também são denominadas as ações comunitárias. Em vários momentos pelas/os assistentes sociais foram referidas as dificuldades na relação do desenvolvimento destas atividades. No entanto, é importante apresentar o propósito dessas ações na proteção social básica da política de assistência social. No documento “ Orientações Técnicas sobre o PAIF ” traz que

O foco central das ações comunitárias, no âmbito do PAIF, é o exercício da cidadania ativa, apreendida como um processo permanente de participação na vida social e política e de conquistas de novos direitos. Ela se realiza pela capacidade de organização, mobilização, intervenção na dinâmica social e pela presença proativa no espaço público, no qual as famílias são protagonistas – são elas que devem imprimir visibilidade pública aos seus anseios, interesses, necessidades, demandas e posicionamentos como sujeitos de direitos. (BRASIL, 2012, p.38)

Nesse aspecto, constitui-se como uma ação de suma importância pelo propósito de promover a organização e mobilização na dinâmica do território como processo da participação social. Alinhado a isso, está a fala da assistente social 06, do qual mencionou que a mobilização popular é trabalhada nos espaços da acolhida coletiva como uma forma de incitar a participação dos usuários nos espaços de controle social para a reivindicação de suas demandas.

Trabalho em rede; as acolhidas coletivas; mobilização popular.  
(fala assistente social 06).

Dessa forma, a mobilização popular está sendo instigada nos espaços coletivos do serviço com a intenção de incentivar a participação da população usuária nos espaços onde podem publicizar as suas demandas.

Os profissionais estão, também, contribuindo para a criação de formas de um outro consenso – distinto daquele dominante – ao reforçarem aos interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso dos recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade (IAMAMOTO, 1998, p.69).

Outro aspecto, também importante da mobilização popular é reforçado no documento “Orientações Técnicas sobre o PAIF” a qual expõe que

[...] as famílias devem ter acesso aos mais variados espaços públicos, proporcionando vivências tanto no território em que residem como para além deste, na tentativa de romper com o isolamento cultural, social e político a que muitas famílias estão submetidas (BRASIL, 2012, p.38).

Compreende-se que essas ações devem ir além do espaço do território, mas para que haja a vivência por parte das famílias em diferentes espaços públicos é necessário que se tenha a compreensão por parte dessas famílias sobre o papel destes espaços, mas, principalmente, que se sentiam pertencentes a estes locais e contemplados, fomentando a participação social da população usuária nos espaços de controle social.

Ainda tratando-se do trabalho do assistente social na comunidades, estão presentes as estratégias construídas pelos/as assistentes sociais para a efetivação das ações nos serviços. Dentre as estratégias adotadas pelos/as profissionais estão as reuniões de rede como espaço de efetivação da intersetorialidade nas políticas sociais; os atendimentos descentralizados e a participação dos usuários no repasse dos recursos dos serviços.

reuniões de micro rede itinerantes. (fala da assistente social 01).

[...] atendimentos que a gente chama de descentralizado, então a gente parcerias com o posto de saúde e parceria com a associação comunitária; fórum técnico.

(fala da assistente social 02).

[...]uma estratégia de atendimento para que a gente conseguisse atender todo ou quase todos e que todo mundo tivesse um atendimento de qualidade porque, por exemplo se eu tenho 10 cartões e eu tenho 20 atendidos eu tenho que fazer com que eles entendem que não é culpa de nós profissionais e nem até mesmo deles, isso é uma demanda de todo esse desmonte de direitos sociais a que a gente está tendo, então a gente faz uma estratégia diferente [...]. (fala da assistente social 08)

A fala da assistente social 01 traz como estratégia a realização das reuniões de rede itinerantes. As reuniões neste formato têm como propósito consolidar a participação dos trabalhadores, visto que em sua maioria há uma dificuldade para se distanciar do seu espaço de trabalho em virtude de não haver outro colega para substituí-lo, a agenda dos serviços, ou até mesmo a dificuldade de deslocamento por falta de recursos. As reuniões itinerantes ocorrem em espaços que possibilitem uma maior participação dos profissionais onde há uma escala dos locais na qual as reuniões serão realizadas, além disso, os espaços dessas reuniões estão mais próximos da população, o que deste modo, possibilita também uma interação das equipes com os usuários através da sua inserção nos territórios. Identifica-se sob o entendimento das/os assistentes sociais que as reuniões de rede são compreendidas como ações tanto quanto estratégias.

Outra estratégia adotada conforme referido pela assistente social 02 é o atendimento coletivo nas micros redes. Nesse aspecto, se diferencia do formato dos outros atendimentos, pois estes acontecem em espaços mais próximos das comunidades. Além disso, há um movimento do serviço ir ao encontro da população usuária e não somente o usuário ir ao serviço. Essa proposta apresenta-se como uma forma de superar a fragilidade existente na relação de proximidade serviço e usuário, do mesmo modo que, proporciona um fortalecimento nas relações entre usuários e equipe técnica de referência. Ainda o fórum técnico, como assim foi denominado pela assistente social, é reconhecido como um espaço de fortalecimento entre os profissionais e de construção de estratégias frente às dificuldades vivenciadas nos seus espaços de trabalho.

Por fim, a participação dos usuários no repasse dos recursos dos serviços como estratégia adotada, foi mencionada pela assistente social 08, a qual destaca-se uma questão importante em relação aos recursos ofertados pelos serviços. O recurso do vale transporte assistencial manteve-se como um recurso que não foi totalmente extinto. O vale transporte é

o único recurso que ainda pode ser requerido pelos usuários. No entanto nos serviços da política de assistência social apresentam-se demandas que referem-se à outras políticas sociais, sendo o acesso a política de saúde, um dos exemplos. Além disso, identifica-se que a participação dos usuários nos espaços coletivos está vinculada, principalmente, ao repasse de recursos. Constata-se essa realidade a partir dos relatos das assistentes sociais 06, 07 e 09.

O recurso do cartão [...] eu posso afirmar que é mais de 90% para questões de saúde.  
(fala da assistente social 06).

Por exemplo na última semana do mês, é uma semana que a gente não tem mais VT em função da demanda de saúde que o pessoal tem, 80% é encaminhamento de saúde então contudo mesmo sabendo que não tem o vale transporte, o pessoal permanece ali no momento da acolhida, a gente tem conseguido desenvolver alguns temas.  
(fala da assistente social 07).

A gente também tem grupo, pois a gente começou a perceber que a demanda por TRI para presídio era muito grande e de saúde também. Então a gente aglutinou essas mulheres (...) num grupo. [...] um grupo uma vez por mês em que a demanda deles é TRI pra presídio para visitar os familiares, mas a gente trabalha outras questões nesse grupo não é só a entrega do cartão TRI. O acolhimento coletivo é realizado uma vez por semana quando tem o TRI pra saúde, porque a gente não tem pro mês todo. No atendimento individual também há o repasse de cartão, mas para questões trabalho, documentação de alguma coisa que é mais realmente da assistência, da política de assistência social. Na verdade a gente está dando conta de outras políticas, o sistema prisional e da saúde. (fala da assistente social 09).

Considerando os relatos das profissionais compreende-se que a participação dos usuários na forma como se dará o repasse dos recursos, foi uma estratégia construída, tendo em vista a grande procura por parte dos usuários em relação ao vale transporte assistencial a qual supera o que o serviço dispõe de recurso para oferta à população. Observa-se que essa

demanda que não está sendo totalmente contemplada pelos recursos da política de assistência social, o que ocorre em virtude da transferência apresentada como demanda da saúde e judiciário que passa ser acolhida pela política de assistência social. Nesse aspecto, as demais políticas compreendem que cabe a política de assistência social dar respostas frente às demandas sociais e deste modo “tudo aquilo que não compete a nenhuma política é repassada a política de assistência social”, reflexo da construção social da política de assistência social.

Com relação aos desafios e possibilidades encontrados pelas/os assistentes sociais frente ao trabalho na comunidade, destacam-se como desafio a aproximação entre a universidade e os espaços de trabalho referida por uma assistente social, a intervenção coletiva também mencionada por uma assistente social e os processos de precarização do trabalho referido por todos as/os assistentes sociais participantes da pesquisa.

aproximação com a academia [...] e produzir alguma coisa a partir do que a gente vivencia; Hoje não temos mais um fluxo para acolher o estagiário a gente está muito distante, tanto nós nos aproximarmos como a academia também se aproximar e forçar isso, cobrar da instituição isso. [...] a intervenção de forma coletiva [...] de tu fomentar o coletivo, a partir do individual eu coloco isso e enxergo como um grande desafio. [...] trabalhar a participação. (fala da assistente social 02).

Pela assistente social 02 é referida a fragilidade na aproximação entre a universidade e os espaços de trabalho, e desse modo a importância de ter o apoio das universidades para que haja processos de educação permanente seja pela inserção de estagiários nos espaços sócio-ocupacionais a qual possibilita uma troca entre os profissionais de campo e os profissionais acadêmicos ou até no suporte de elaboração de artigos e pesquisas sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais em diferentes áreas.

Referente à inserção de estagiários mediante a supervisão acadêmica, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010) traz que

No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, ainda, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto-ético político do Serviço Social (ABEPSS, 2010, p.08).

A defesa do projeto ético-político da profissão diante do contexto de desmonte das políticas sociais torna-se um desafio para as/os assistentes sociais. Especialmente, na política

de assistência social o processo de seleção de estágios torna-se ainda mais difícil em decorrência das limitações e questões burocráticas que partem da gestão, mas há também por parte dos estudantes um obstáculo que se esbarra na esfera financeira, visto que houve uma redução significativa nos campos de estágio remunerado. Dessa forma, este contexto favorece para que não haja algumas articulações que se tornariam possíveis por intermédio do estágio obrigatório e não obrigatório nos espaços sócio- ocupacionais onde as/os assistentes sociais estão inseridos. Considerando tal relação, destaca-se três princípios norteadores do estágio:

**Articulação entre Formação e Exercício Profissional**, expressa e potencializada por meio da interlocução entre estudantes, professores(as) e assistentes sociais dos campos de estágio. Possibilita, portanto, a identificação e análise das demandas, desafios e respostas mobilizadas no cotidiano de trabalhadores(as) assistentes sociais e fomenta a construção/socialização de conhecimentos e reflexões, bem como o desenvolvimento de competências profissionais. **Articulação entre universidade e sociedade**, uma vez que o estágio se constitui como um elemento potencializador desta relação, fomentando o conhecimento acerca da realidade e contribuindo na identificação e construção de respostas às demandas e desafios contemporâneos. **Articulação entre ensino, pesquisa e extensão**, uma vez que ao se efetivar, nos diversos espaços de intervenção profissional, o estágio possibilita a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de totalidade (ABEPSS, 2010, p.13-14).

Tratando-se dos processos de precarização do trabalho alguns aspectos são referidos pelas assistentes sociais 05 e 01.

[...] ciclo de precarização, do atendimento cada vez mais individualizado, da precarização dos espaços de trabalho estrutural; O RH também que acaba se sobrecarregando e adoecendo emocionalmente, mentalmente e fisicamente também. (fala da assistente social 05).

Não adoecer é um super desafio por que isso constantemente a gente se depara com coisas que a gente não consegue. Trabalhar com rede é assim um super desafio, os estão num momento [...] tudo ficando reduzido [...]. A gente vai vendo que nossa estão afunilando as coisas, as possibilidades.  
(fala da assistente social 01).



Compreende-se que o processo de precarização do trabalho apresenta-se em diferentes dimensões. Uma trata-se das condições inadequadas das estruturas físicas dos espaços de trabalho, onde os profissionais não dispõem dos recursos adequados para a realização do seu trabalho e conseqüentemente também não é prestado um serviço de qualidade à população usuária. Nesse aspecto, a Resolução CFESS nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, menciona que

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006, Art. 2º).

A redução dos recursos humanos, também caracteriza-se como um processo de precarização do trabalho, tendo em vista a sobrecarga de trabalho em virtude que há uma demanda de trabalho que continua crescente, entretanto o número de profissionais para atendimento desta demanda se reduz. Essas conseqüências são resultados das

[...] mudanças [...] da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, entre quais as inovações tecnológicas e informacionais, têm um caráter regressivo e conservador. Levaram a precarização e a subalternização do trabalho à ordem do mercado, alteraram as bases dos sistemas de proteção social desmontando direitos sociais, civis e políticos, colocando em questão as políticas de Proteção Social neste início do século XXI, especialmente aquelas que desenvolvem ações voltadas ao enfrentamento da pobreza e desigualdade (YAZBEK, 2018, p.89).

Em razão disso, a política de assistência social sofre com a extinção dos benefícios e o desmonte nas políticas sociais diante do não investimento nas políticas sociais. Desta maneira são

Inúmeras situações que expressam essa *nova morfologia do trabalho de assistentes sociais* que podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratadas/os e terceirizadas/os experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida (RAICHELIS, 2018, p.52).

Enfatiza-se o sofrimento e o adoecimento dos profissionais como uma expressão do processo de precarização vivenciados pelas/os assistentes sociais ao que se estende também para um processo de precarização da vida em virtude do sentimento de desamparo e sem perspectivas de mudança desse atual contexto histórico.

A intervenção coletiva enquanto um desafio foi referido pela assistente social 02, mas pelos demais assistentes sociais nos outros tópicos da pesquisa também referiram o trabalho na comunidade como um desafio.

Eu ainda me sinto muito desafiada no meu cotidiano com a intervenção de forma coletiva embora a gente viva um momento onde os processos coletivos eles tenham se perdido de forma proposital [...] mas não consigo compreender minha intervenção de outra forma e como está tão difícil tu ter esse espaço de tu fomentar o coletivo, a partir do individual eu coloco isso e enxergo como um grande desafio. A tendência é a individualização da demanda eu vejo muito isso. A participação, os espaços de participação acabou de ser encerrado [...] e como é que a gente vai na contramão disso pra trabalhar a participação, esse é o grande desafio nesse momento. (fala da assistente social 02).

Compreende-se a importância da intervenção coletiva, do qual esta se faz presente no exercício profissional, entretanto permanece-se como sendo algo desafiador. Ao referir-se sobre o encerramento dos espaços de participação, um exemplo, presente no município de Porto Alegre é o Orçamento Participativo – OP, um espaço que se consolidava pelo tensionamento da população para o atendimento de suas demandas e que hoje se organiza em outro formato do qual não possibilita a efetiva participação da população usuária. Nessa lógica a diminuição da participação da população usuária em espaços de controle de social conseqüentemente corrobora com a individualização das demandas, visto que a compreensão da demanda enquanto coletiva sofre um processo de fragilização.

Como possibilidades somente duas assistentes sociais se manifestaram, referindo-se como uma possibilidade o fortalecimento da classe trabalhadora como uma forma de resistir frente ao progressivo desmonte da política de assistência social. O fato de somente duas profissionais apontaram possibilidades revela o esgotamento profissional em decorrência das atuais condições de trabalho. Sendo o assistente social, profissional que

[...] não atua apenas *sobre* a realidade, mas *atua* na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social -, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais (IAMAMOTO, 1998, p.55).

Deste modo, identifica-se por parte das/os profissionais uma dificuldade em realizar análises da atual conjuntura no aspecto macro da sociedade de modo que lhe impossibilitam cogitar possibilidades. Em relação a isso, Iamamoto (1988) traz que

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam a frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade ( p.75).

Dentre as alternativas e possibilidades apresentadas pelas assistentes sociais estão as trocas de experiência e o fortalecimento dos profissionais que atuam no atendimento direto à população usuária.

A gente poder fazer essas trocas de experiências, nos animam, nos carregam, dão energia [...]. A gente poder se enxergar como um todo, por mais que tenham diversas formas de vínculos empregatícios e pode se olhar como tudo e bom estamos juntos nessa. (fala da assistente social 01)

[...] um fortalecimento de quem está ponta por que é entre nós, a gente não tem uma retaguarda. (fala da assistente social 07).

Em relação às possibilidades aponta que as mudanças no contexto histórico da sociedade apresenta-se como necessidades

O novo perfil [...] de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 1998, p.49).

No entanto, todos os desafios vivenciados pelos profissionais assistentes sociais refletem em um pequeno número de possibilidades apontadas. Nesse sentido, trazem como possibilidades as trocas de experiências, pois mesmo sendo diferentes os vínculos

empregatícios, se compõem da mesma categoria profissional na qual partilha das mesmas dificuldades. Assim, o fortalecimento destes profissionais que estão no atendimento direto da população torna-se essencial para o desenvolvimento do trabalho.

### **A diretriz territorialidade**

A segunda categoria de análise trata-se da diretriz territorialidade. Essa categoria expressa-se em diferentes significados por parte das/os assistentes sociais. Iniciaremos com o relato das/os profissionais 03 e 08 do qual a territorialidade é compreendida pelo conhecimento do território.

[...] o conhecimento do território, a avaliação constante do território.  
(fala do assistente social 03).

Sair da perspectiva de atendimento dos usuários e poder  
pensar na demanda. (fala da assistente social 02)

O que aquele território demanda, qual o perfil daquele território, quem são as famílias que tu vai atender. Cada território tem uma característica. (fala da assistente social 08)

Deduz-se que a através da fala do assistente social 03 a territorialidade trata-se do conhecimento do território no sentido de identificar as demandas existentes naquele espaço. Nesse aspecto, as assistentes sociais 02 e 08 complementam quando referem-se que a territorialidade é a identificação das demandas e o público que atende.

Nesse aspecto, retoma-se a problematização já realizada sobre a territorialidade do qual a identificação das demandas da população usuária consiste também na apreensão das particularidades das comunidades, tendo em vista que um território compõe-se de diferentes comunidades de modo que se expressa distintas territorialidades.

Entende-se que é por meio da dimensão teórico - metodológica da profissão que é possível apreender a realidade em seu movimento dialético (LEWGOY, 2009), ou seja, as demandas e as particularidades de determinada comunidade.

Dessa forma, o fundamento da teoria crítica consiste pelo “[...] conjunto de conhecimentos que proporcionam um quadro global de leis, de conexões e de relações substanciais no terminado domínio da realidade; é processo permanente de crítica e busca de fundamentos, de superação e de formas de pensar e agir” (LEWGOY, 2009, p.161). Tal conjunto de conhecimentos compreende-se o domínio das políticas sociais, teorias da profissão e, portanto da realidade. Nesse processo a apreensão acerca da realidade se dá diante da capacidade, adquirida por meio dos conhecimentos, de reconhecer os múltiplos fatores sociais as quais levam famílias vivenciarem situações de vulnerabilidade e risco social.

Ainda sobre a fala da assistente social 08 acrescenta-se outra interpretação em relação às particularidades dos territórios, mencionado que cada território tem sua característica. Deste modo, o que se constitui como particularidade nos territórios se dá através do movimento dialético, do qual transcorre entre singularidade, universalidade, e a particularidade.

O assistente social tem uma ação profissional que se tece no dia a dia dos usuários, na particularidade de suas vidas, [...], transita entre demandas, carências e necessidades que se constituem de ações múltiplas. Sendo assim, esse profissional é desafiado a superar-se constantemente, reconhecendo a realidade sócio-histórica em que vive e trabalha, tornando-se protagonista da construção do projeto ético-político da categoria, que deve assegurar a ampliação da liberdade, ser atuante na consolidação da democracia, garantindo a todos os sujeitos maior equidade e justiça social, enfrentando as contradições e desigualdades socialmente produzidas (FRAGA, 2010, 53).

Como referido pela autora a/o assistente social é desafiado a superar-se constantemente. Ao encontro do que foi explicitada por Fraga (2010) a assistente social 01 traz que a territorialidade se dá na superação da pseudoconcreticidade:

[...] perspectiva da territorialidade a gente tenta olhar outras coisas além dessa demanda. (fala da assistente social 01).

Na perspectiva do método dialético-crítico a superação da pseudoconcreticidade sucede na busca pela estrutura e a gênese das múltiplas determinações que incidem nos territórios, em outras palavras se parte da aparência com vistas a alcançar a essência do objeto (NETTO, 2009). Este processo compõe-se de etapas, primeiramente pelo primeiro contato com o real; seguidamente pelo o que se apresenta no plano do imediato e aparente; posteriormente a abstração e finalmente o conhecimento do concreto envolvendo

universalidade, singularidade e particularidade (NETTO, 2009). Deste modo, compreende-se por meio da fala da assistente social 01 que a territorialidade constitui como um processo de desvendamento da demanda que se apresenta como imediata.

Para desvelar a realidade social, descobrir/conhecer as mediações absorvidas pelo modo de ser da sociedade, parte-se do sensível, do imediato, porque na imediatividade se encontram ocultas as múltiplas relações entre o singular, o particular e o universal, que somente podem ser apreendidas no movimento dialético da realidade (COELHO, 2016, p.47).

A partir daquilo que é trazido pela fala da assistente social infere-se que a territorialidade perpassa além da demanda que apresenta no cotidiano, ou seja, o que se manifesta no plano do imediato. Quando refere-se que é necessário “[...] olhar outras coisas além dessa demanda” entende-se que é justamente as múltiplas relações que estão ocultas na imediatividade. “Para apreender a essência, a consciência movimenta-se dialeticamente, a fim de capturar as mediações que conectam os complexos sociais constitutivos e constituintes da totalidade do ser social e supera, no plano do pensamento, a imediatividade (COELHO, 2016, p.31).

Em relação ao plano do imediato (IAMAMOTO, 2001) traz as duas concepções: a fatalista a qual compreende que a realidade já assumiu sua forma definitiva e deste modo prevalece à acomodação e rotinização do trabalho e o messianismo com foco na subjetividade do sujeito sem mensurar as possibilidades e os limites da realidade social. Nesse aspecto, a autora reforça a necessidade de evitar uma visão determinista tanto quanto heróica, tendo em vista que

A prática do assistente social caracteriza pela rotina, pela repetição das tarefas e pela espontaneidade necessárias para responder às múltiplas exigências estabelecidas no âmbito da reprodução social. Para responder às heterogêneas e imediatas demandas socioinstitucionais [...] os assistentes sociais- [...] por meio do movimento da consciência que se atém à certeza sensível, ou à percepção ou ao entendimento, apreendem apenas as expressões fenomênicas da realidade, conectando imediatamente pensamento e ação (COELHO, 2016, p.31).

Deste modo, a espontaneidade diante da necessidade em dar respostas para as demandas do cotidiano, se faz pelo cotidiano de trabalho a qual o assistente social e demais profissionais são submetidos. Tendo isso, a todo o momento deve-se superar para transpor essa imediatividade que está intrínseca no movimento dialético, tendo em vista que “entende-se imediatividade como uma categoria reflexiva que designa um certo nível de recepção do mundo exterior pela consciência” (COELHO, 2016, p.31).

Outro aspecto além da identificação das demandas e do reconhecimento das particularidades é referido pela assistente social 03 que a territorialidade também corresponde há um processo contínuo de avaliação na relação do que é ofertado enquanto política social e o que se apresenta como demanda. Identifica-se uma imprecisão quanto aos papéis territorialidade x territorialização, tendo em vista que este aspecto compreende a primeira perspectiva da territorialização – alcance de universalidade do qual trata-se do que a política de assistência consegue ofertar enquanto cobertura de serviços.

Ainda irá aparecer nas falas dos assistente sociais que a territorialidade é uma questão geográfica. Compreende-se a territorialidade como uma delimitação geográfica de moradias e de equipamentos sociais.

A questão do território, onde as pessoas moram, se localizam, enfim [...].

(fala da assistente social 06).

Entendo que é pra organizar o serviço, o acesso das pessoas e essa questão do território.

(fala da assistente social 07).

A partir das falas das assistentes sociais 06 e 07 apontam que a territorialidade é vista a partir da perspectiva geográfica, como local onde as pessoas habitam, mas também na relação da localização dos serviços nos territórios e forma como estão organizados para viabilizar o acesso dos usuários. Explicita-se a segunda perspectiva da territorialização na política de assistência social que refere-se ao planejamento da localização da rede de serviços como proposta de viabilizar a proximidade do serviço e a população usuária. Ainda, diante do que foi referido identifica-se que há um pormenor em relação a compreensão do que é territorialidade, pois não trata-se apenas de uma delimitação geográfica, mas sim de uma construção social da população a partir de sua relação com o território, na forma que se constrói uma identidade no próprio local. Isso justifica-se na medida que a conceituação da categoria territorialidade na política de assistência social ainda segue em processo de construção, o que comprova-se a partir da PNAS (2004) quando não faz menção ao conceito de territorialidade.

Isto também é evidenciado pelos assistentes sociais no grupo focal ao explicitar os aspectos históricos da constituição daquela região/ localidade, de como as pessoas se relacionam entre outros aspectos. A fala da assistente social 06 demonstra esta compreensão.

[...] Restinga velha que está num momento com o território que na verdade sempre Esteve(...) é um território de muita violência então pra gente ele é bem complexo nesse sentido, pois a gente se depara o tempo todo com essas questões de violência e que por vezes, não consegue acessar a população em razão de sua própria segurança. [...] bom algo como assim: eu pertença a esse local da Restinga Velha que tem menos acesso (...) o que é um pouquinho melhor vai para a Restinga Nova e o que sobra fica para a Restinga Velha [...]. (fala da assistente social 06).

Dentre as falas apresentadas verifica-se que em certas circunstâncias os conceitos território, territorialidade e territorialização são compreendidos como uma única categoria teórica. Não são feitas distinções em relação às mesmas se estabelecendo uma ambigüidade na conceituação. Por esse motivo compreende-se a importância de dialogar sobre esses conceitos, conforme já foi apresentado, possibilitando que os profissionais que atuam na política de assistência social possam qualificar seus processos de trabalho.

### **Política de Assistência Social**

O presente período histórico das políticas sociais vem sendo marcado por processos que visam à acumulação do capital e que atuam de forma regressiva na ótica de garantia de direitos. Esse ciclo aos olhos dos profissionais que atuam na política de assistência social é experienciado em uma total obscuridade que por vezes anula futuras perspectivas de transformação do atual contexto.

O trabalho da/o assistente social na comunidade como categoria de análise contemplou os desafios vivenciados pelas/os profissionais. Dentre os desafios apontados se destaca o processo de precarização do trabalho. Trata-se de uma problematização que não se esgota e que está intimamente atrelada ao processo de precarização da política de assistência social em seu âmbito geral, também retratada nas falas das/os profissionais.

A fala da assistente social 02 resgata o processo de implementação do SUAS no município de Porto Alegre fazendo uma relação com o que nos dias atuais apresenta-se como um aspecto da precarização da política de assistência social.



A própria questão do RH, investimentos na política de assistência contribuem pra isso. Desde a implementação do SUAS não houve nenhum avanço no número de equipamentos nem nos recursos humanos e as situações vão se agravando e a gente continua na mesma situação de quando se implantou. Porto Alegre já tinha os centros regionais e os módulos e praticamente a gente só trocou de nome, então não se fez uma implementação como se pensava [...] os próprios SAF's ficaram nos lugares onde já existiam os núcleos de atendimento então hoje a gente conta com grande vazios de atendimento.(fala da assistente social 02).

A partir da fala da assistente social 02 entende-se que o processo de precarização da política de assistência social no município de Porto Alegre vem desde a implementação do SUAS na capital. Uma questão trata-se dos equipamentos da rede pública que não se ampliaram e em decorrência disso houve a expansão da rede conveniada como forma de acolher a crescente a demanda. Entretanto, o planejamento da rede de serviços não conseguiu contemplar todos os territórios e por essa razão que a assistente social refere-se aos “vazios de atendimento”. O agravamento das demandas é mencionado pela assistente social 02 e reforçado pela assistente social 06, visto que por vezes as situações que apresentam-se nos CRAS e SAF's extrapolam os recursos da proteção social básica.

A redução do RH, o pessoal da ponta muito adoecido, do quanto as pessoas já chegam para uma discussão desmotivadas e exaustas. As demandas estão cada vez mais complexas. não ter pra onde encaminhar, desse funilamento das políticas. [...] é uma instituição que não tem vaga pro idoso, as famílias cada vez mais numa situação de miserabilidade e a gente inserindo as famílias em acompanhamento pra elas poderem se alimentar coisas que eu não via há anos atrás, [...] tem pessoas na acolhida onde a demanda é alimento. Trata-se de benefícios que foram extintos [...]; [...] a agente não consegue conversar com a gestão.  
(fala da assistente social 06).

Destaca-se a questão da miserabilidade, onde a falta de alimentos constitui-se como uma demanda real. Constata-se que os recursos disponibilizados no atual momento da política de assistência social não estão contemplados as necessidades básicas das famílias. A

falta de alimento é um dos resultados da extinção de benefícios também mencionado pela assistente social. Neste aspecto, percebe-se a extinção de recursos, principalmente, dos benefícios eventuais corrobora para o agravamento das situações vulnerabilidade destas famílias. A PNAS (2004) traz que dentre as seguranças que compõem a proteção social uma delas é a segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, do qual se dá

[...] através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos (BRASIL, 2004, p.40).

E de modo que não há a garantia dessa segurança, nota-se que

[...] ressurgem processos de (re) mercantilização de direitos sociais e fortalece-se a defesa da tese de que cada indivíduo é responsável por seu bem-estar, passando o Estado à defesa de alternativas que envolvem a família, as organizações sociais e a comunidade em geral (YAZBEK, 2018, p.89).

Devido à condição de pobreza, as famílias têm buscado às instituições religiosas e, principalmente, a comunidade como uma forma de estratégia de sobrevivência, em vista da limitação de recursos da política. Assim, “[...] constata-se que há uma tendência à *refilantropização social*, em que grandes corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de “filantropia empresarial” (IAMAMOTO, 1998, p.43). Dessa maneira perfaz a

[...] *satanização do Estado*: o Estado é tido como o diabo, responsável por todas as desgraças e infortúnios que afetam a sociedade capitalista. Por outro lado, a *exaltação e a sanificação do mercado* e da iniciativa privada, vista como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade, justificando a política das privatizações (IAMAMOTO, 1998, p.35).

Outro tópico relacionado ao processo de precarização da política de assistência social é a redução dos recursos humanos, onde a “[...] retração do Estado em suas responsabilidades e ações do campo social manifesta-se na compressão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços sociais públicos” (IAMAMOTO, 1998, p.43). Esse fato incide no adoecimento das/os profissionais as quais foram referidas na fala das assistentes sociais. Há um cotidiano de trabalho com demandas complexas, que devido ao ínfimo investimento, não se apresentam resolutividade para as famílias.

A sobrecarga de trabalho em decorrência do reduzido recursos humanos, ocasiona o sofrimento e o adoecimento das/os assistentes sociais. Nesse aspecto, essa relação de trabalho que se configura de forma alienada onde “[...] o trabalhador não tem o controle sobre os processos produtivos, estando o trabalho mais preso ao reino das necessidades do que ao da liberdade” (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p.4).

No tocante a isso, Iamamoto (1998) menciona que a efetivação do trabalho da/o assistente social se dá através dos meios e recursos, que assim são disponíveis pela instituição a qual este profissional está inserido. Nesse aspecto, “[...] ao se falar em prática referia-se, exclusivamente, à atividade do Assistente Social. Os demais elementos citados eram tidos como *condicionantes* dessa prática, com certa relação de *externalidade* em relação a ela” (IAMAMOTO, 1998, p.61). Dessa forma, a/o assistente social não detém os recursos necessários, mas sim a sua força de trabalho especializada. Em virtude disso,

[...] a instituição não é um condicionante externo e muito menos um obstáculo para o exercício profissional. Em outros termos, o trabalho é a força de trabalho em ação e quando não se dispõe dos meios para realizá-lo, aquela força ou capacidade não se transforma em atividade, trabalho. Como trabalhador assalariado, depende de uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada [...] com instituições que demandam ou requisitam o trabalho profissional (p.64).

A deficiência das estruturas físicas dos serviços também apresenta-se como um fenômeno da precarização do trabalho.

[...] precarização dos espaços de trabalho estrutural que às vezes tu tá trabalhando e o ar condicionado não funciona, o computador não funciona, não tem impressora, o teto cai, o cupim do teto cai na tua cabeça então esse é um desafio tu trabalhar dentro dessa estrutura precária. (fala da assistente 05).

Conforme apontado pela assistente social 05, constata-se que há uma inconstância no que deveria ser a fiscalização por parte gestão no sentido verificar se os espaços as quais os serviços estão sendo ofertados possuem as condições necessárias para atender e ainda o que é previsto nas legislações e também o que é imprescindível para o desenvolvimento do trabalho dos técnicos. Dessa forma, a falta de condições adequadas de trabalho afeta diretamente os profissionais que executam os serviços, do mesmo modo que a população usuária, visto que o direcionamento do trabalho da/o assistente social é para os usuários das políticas sociais.

A desregulamentação dos direitos conquistados pela classe trabalhadora é outro aspecto da precarização do trabalho. A fala do assistente social 03 evidencia-se as dificuldades para o desenvolvimento de seu trabalho, sob o ponto de vista enquanto vínculo de trabalho estatutário.

Hoje para nos servidores as dificuldades de participar nos turnos que não seja em horário comercial, a noite ou final de semana, pra nós não há incentivo nenhum porque é uma dificuldade imensa. Tu não ganha hora extra, tu não pode compensar, [...] houve troca de gestão no município e hoje tu não pode fazer nada [...] e acaba tendo um certa desmotivação e aguardando infelizmente o tempo passar pra ver o que acontece. Mas, aguardar o tempo passar não significa que a gente também não continua se organizando através de uma rede de serviço intersectorial, então qual é a estratégia, essa rede hoje garante a nós profissionais algumas atividades pontuais nas comunidades.

(fala do assistente social 03).

As limitações impostas pela gestão da política de assistência social impactam no desenvolvimento do trabalho das/os assistentes sociais, principalmente, aqueles que atuam no atendimento direto à população usuária, de forma que manifesta “[...] o *estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade realizada sob controle alheio*, [...] pois o que produz para si é o salário ou equivalente monetário dos meios de sobrevivência” (IAMAMOTO, 1998, p.90).

Este contexto também se faz aos trabalhadores com vínculo de trabalho terceirizado e celetista, visto há assistentes sociais inseridos nos CRAS sob regime terceirizado e estatutário e nos SAF’s, sob regime de trabalho celetista. Os diferentes vínculos empregatícios das/os assistentes sociais da política de assistência social traz problematizações que se referem aos diferentes regimes de trabalho presente na administração pública e também de um processo de “cumprimento” de hierarquias entre os próprios profissionais.

O que se observa da administração pública brasileira é um quadro em que parte dos serviços públicos é realizada não mais pelo *servidor público*, profissional concursado cujas relações de trabalho são regidas por regime jurídico próprio, mas pelos mais diferentes tipos de trabalhadores, em geral empregados de forma precária, com contratos temporários, sem os mesmos direitos do *funcionalismo*

*estatutário*, com salários mais baixos e expostos a maiores riscos e inseguranças-constituindo novas hierarquias entre os próprios trabalhadores, “de primeira e segunda classe” (RAICHELIS, 2018, p.54).

A denominação de trabalhadores de primeira e segunda classe anunciada pela autora Raichelis (2018) é algo referido pelas/os assistentes sociais, do qual relaciona-se ao “cumprimento” de hierarquias entre os próprios profissionais mas também pela retirada de atribuições profissionais, do qual o impedimento de supervisão de estágio na área de serviço social aos assistentes sociais terceirizados se constitui como uma delas.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projeto de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2018, p.83).

Destarte, a competência de propor e negociar expressa-se como um desafio para a categoria profissional, tendo em vista que processos de trabalho são estabelecidos antes mesmo de analisar a viabilidade por parte da equipe técnica em realizar uma nova atividade. Nesse contexto, surge, “[...] o trabalhador *polivalente*, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro pessoal” [...] (IAMAMOTO, 1998, p.32). Tal aspecto é trazido na fala do assistente social 03.

Outra dificuldade que eu vejo é que há uma nova geração muito burocratizada dentro da assistência social e própria política [...] nos burocratizou muito [...] é muito envolvido em papelada, monitoramento e te tira da ponta, do atendimento direto com a comunidade. (fala do assistente social 03).

Em relação a isso, no código de ética do/a assistente social, Cap. I - Relações profissionais com os/as usuários/as, Art. 5º G na alínea menciona que é dever do/a assistente social “contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;” (CFESS, 1993, p.30). No entanto, é necessário que os mecanismos para desburocratizar venham da própria gestão da política de assistência social para que se consolide a oferta de serviços de qualidade.

Ainda sobre a inserção de profissionais de diferentes regimes de trabalho no setor público, indica os propósitos do capital em reduzir o que se caracteriza como público. A inserção de novos regimes de trabalho no serviço público é só uma das facetas dessa descaracterização. Mas independente do vínculo empregatício todos os profissionais estão submetidos às situações de trabalho precário em virtude do atual contexto de precarização das políticas sociais. Verifica-se que

O perfil do emprego prevaemente na atualidade também atinge os assistentes sociais: desemprego maciço e prolongado; informalidade em grande proporção (terceirização, trabalho temporário e subemprego); grande rotatividade; desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, queda do nível de renda média do trabalhador; [...] (IAMAMOTO, 2018, p.81 apud SILVA, 2011).

A fim de encerrar as discussões acerca da precarização do trabalho compreende-se que sendo o trabalho da/o assistente social “[...] assalariado, o trabalho deste profissional também está marcado pela precarização do trabalho, que não se expressa apenas no setor privado, como também no setor público” (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p.2). Ressalta-se que precarização do trabalho da/o assistente social pela sua condição de trabalhador assalariado se estabelece pela relação entre a precarização do trabalho e das políticas sociais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizar o TCC é poder considerar importantes aspectos no que se refere ao processo de formação em Serviço Social, bem como a própria construção do conhecimento. Este, trouxe importantes problematizações acerca da política de assistência social e o trabalho da/o assistente social na comunidade. No primeiro capítulo realizou-se breves considerações acerca da política de assistência social a partir da PNAS (2004) e o SUAS. Destacou-se os avanços diante do reconhecimento da assistência social como política pública e na garantia dos direitos de cidadania. Nesse aspecto, a incorporação da perspectiva socioterritorial contribuiu no sentido de considerar as particularidades existentes nos municípios, regiões e territórios brasileiros na esfera da maior à menor escala territorial. As categorias teóricas como território, territorialização e territorialidade abrangem as dimensões as quais consistem o trabalho na comunidade.

O segundo capítulo deteve-se a política de assistência social no município de Porto Alegre. Apontou-se as particularidades a respeito da execução da política na capital, tendo em vista o formato compartilhado entre a rede pública e privada para atendimento à

população usuária, a partir da inserção dos Serviços de Atendimento Familiar (SAF) na estruturação da proteção social básica. Apresentou-se a proposta de trabalho do PAIF e SAF, vistos que os respectivos serviços constituem-se pelo atendimento direcionado às famílias, no entanto o PAIF é executado pela rede própria por meio das equipes dos CRAS e SAF executado pelas equipes das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Ressaltou-se a semelhança quanto ao trabalho proposto do qual identificou-se as ações do SAF excedem ao que compõe-se ações complementares ao PAIF.

O último capítulo abordou-se os aspectos históricos no tocante ao desenvolvimento de comunidade (DC) sendo esta uma prática que eclodiu diante da necessidade do desenvolvimento da população em prol do desenvolvimento econômico. Hoje, tem-se percebido que o trabalho da/o assistente social na comunidade se consolida a partir de um processo sócio educativo, fomentando a organização social da população, bem como criando condições de acesso à cidadania.

Através da pesquisa de campo realizou-se discussões sobre o trabalho da/o assistente social na proteção social básica, da mesma forma que apontou-se os desafios na realização deste trabalho. Identificou-se que aspectos importantes quanto ao trabalho na comunidade ainda estão em processo de construção, no entanto há esforços por parte das/os profissionais para que este trabalho se efetive mesmo diante dos desafios. Dentre eles destacou-se: os processos de precarização da política de assistência social e do trabalho da/o assistente social através da desvalorização profissional; das condições inadequadas dos espaços de trabalho; da redução de recursos humanos; o ínfimo investimento na referida política e difícil diálogo com a gestão.

Em relação as estratégias apontadas pelos profissionais a partir da pesquisa sugere-se que haja uma maior aproximação da universidade como os profissionais a fim de oportunizar processos de educação permanente, e a construção de pautas em conjunto dos entes federativos e políticos da categoria profissional para projetar alternativas frente os desafios da profissão no atual contexto de retirada de direitos classe trabalhadora, a qual o/a assistente social enquanto trabalhador assalariado também está incluído.

Por fim ressalta-se a importância do que consistiu a realização desta pesquisa, mesmo diante dos desafios impostos em relação ao planejamento e execução de uma pesquisa de campo na graduação. No entanto, desde o início deste projeto considerou-se que a realização das problematizações do qual compôs este TCC não poderia se dar de outra forma, se não por meio da pesquisa de campo. Além disso, constata-se as contribuições da pesquisa, visto que deu visibilidade as discussões construídas, tal como fortaleceu os profissionais a partir do

momento que se (re)conheceram enquanto uma categoria profissional que experiêcia os mesmos desafios.



## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

ABEPSS. **POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS**. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf). Acesso em: 23/06/2019.

AGUIAR, Antonio G. **Serviço Social e Filosofia: das Origens a Araxá**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 1985.

AMMANN, Safira B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

ANDRADE, Fabrício F. **Considerações sobre a perspectiva territorial na política pública de Assistência Social no Brasil**. Paraná:Revista Urutágua, Nº 18 – mai./jun./jul./ago. 2009.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Desenvolvimento de comunidade: estudo da integração do planejamento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global**. 3ªEd. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

BELEZA, Maria Dulce de M; BARCELLOS, Lygia. **Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), Nº35, Ano V, 1971.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 14/01/2019.

BRASIL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm). Acesso em: 14/01/2019.

BRASIL. Senado Federal. Senado notícias. **Dilma sanciona Sistema Único de Assistência Social**. Ano de 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/07/06/dilma-sanciona-sistema-unico-de-assistencia-social>. Acesso em: 14/01/2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Cartilha BPC-Benefício de Prestação Continuada**. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/cartilha-bpc-final.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha-bpc-final.pdf). Acesso em: 16/06/19.

BRASIL. **Bolsa Família - Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível em:

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cartilhas/Cartilha\\_PBF\\_2015.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf). Acesso em: 16/06/19.

CAVALCANTE, Girlene M. M; PRÉDES, Rosa. **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA: FUNDAMENTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.** Juiz de Fora: Libertas, v.10, n.1, p. 1 - 24, jan-jun / 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo B. Família e Políticas Públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria A. F (Org). **Família: Rede, Laços e Políticas Públicas.** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COELHO, Marilene A. Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social. IN: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.** Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf). Acesso em: 23/06/19.

COSTA, Selma F. **O Serviço Social e o Terceiro Setor.** Serviço Social em Revista, ano, V. 7, nº2. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/>. Acesso em: 12/03/2019.

COUTO, Berenice R. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: **Concepção e gestão da política social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Roberto\\_Rodrigues16/publication/329360551\\_A\\_centralidade\\_da\\_informacao\\_no\\_campo\\_das\\_politicas\\_publicas/links/5c0440c692851c63cab5f793/A-centralidade-da-informacao-no-campo-das-politicas-publicas.pdf#page=200](https://www.researchgate.net/profile/Roberto_Rodrigues16/publication/329360551_A_centralidade_da_informacao_no_campo_das_politicas_publicas/links/5c0440c692851c63cab5f793/A-centralidade-da-informacao-no-campo-das-politicas-publicas.pdf#page=200). Acesso em: 11/04/2019.

COUTO, Berenice R; YAZBEK, Maria C; SILVA, Maria O. S.; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DUARTE, Joana M. G. F. **TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO SERVIÇO SOCIAL: determinações sócio-históricas na reconfiguração das políticas sociais contemporâneas.** IN: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2010, n.101, pp.40-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf>. Acesso em: 14/06/19.

FERREIRA, Denison da S. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Acesso em: 17/01/2019.

FUINI, Lucas L. **Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos.** Ponta Grossa: Terr@Plural, v.8, n.1, p.225-249, jan/jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155/4366>. Acesso em: 30/04/2019.

GUILHERME, Rosilaine C. **Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica.** Emancipação, Ponta Grossa, 12(1): 131-141, 2012. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 23/06/2019.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. IN: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

LINDO, P. V. F. **Geografia e Política de Assistência Social: territórios, escalas e representações gráficas entre políticas públicas.** 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

MIOTO, Regina, C.T. **Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

MORAES, Josiane; MARTINELLI, Maria Lúcia. **A IMPORTÂNCIA CATEGORIA MEDIAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL.** XX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Argentina: Setembro, 2012. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09Vi7X17oOE584R0e.pdf>. Acesso em: 28/04/2019.

NASCIMENTO, Paula F; MELAZZO, Everaldo S. **Território: conceito estratégico na assistência social.** Serviço Social Em Revista. V.16 n.1(2013).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA(Org). **Novo convênio de proteção social básica- Serviço de Atendimento Familiar (Coletânea de orientações técnicas).** Porto Alegre, 31 de outubro de 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/2T2QexA>. Acesso em: 17/01/2019.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. IN: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Aline Tosta dos. **A RETOMADA DA FAMÍLIA NA POLÍTICA SOCIAL: avanços e retrocessos na proteção social**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2009.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. 3ª Edição. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p.111-132. Disponível em: <https://bit.ly/2FG8Nna>. Acesso em: 17/01/2019.

SILVA, Maria Lúcia C. (Org). **Coletânea de textos sobre desenvolvimento de comunidade**. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), Nº 37, 1975.

SPOSATI, Aldaíza. **Território e gestão de políticas sociais**. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 16, N.1, P. 05-18, JUL./DEZ. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423>. Acesso em: 17/01/2019.

TEIXEIRA, Solange M. **Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas**. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 13, N.1, P. 4-23, JUL/DEZ. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8425/9096>. Acesso em 18/07/2019.

YAZBEK, Maria C. Proteção Social e crise no Brasil Contemporâneo. IN: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

**Título da Pesquisa: O trabalho do assistente social na comunidade e a interface com a diretriz territorialidade: um estudo sobre os CRAS e SAFs no município de Porto Alegre**

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, através do Departamento do Serviço Social, representado pela Profa. Vanessa Maria Panozzo Brandão, está realizando uma pesquisa cujo objetivo é conhecer como se materializa a diretriz territorialidade no trabalho dos assistentes sociais nas comunidades. A metodologia a ser utilizada envolve entrevistas semiestruturadas a partir de formulário e grupo focal com assistentes sociais que atuam nos CRAS e SAFs de Porto Alegre. Será aplicado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos sujeitos pesquisados que acolherem a proposta. Os entrevistados que não quiseram responder ou sentir qualquer desconforto durante a pesquisa terão liberdade de desistência da participação, podendo se retirar a qualquer momento. Os resultados deste estudo buscam contribuir para a problematização acerca da materialização da diretriz territorialidade através do trabalho dos assistentes sociais nas comunidades.

Sendo assim, a pesquisa não oferece nenhum benefício direto ou particular aos sujeitos entrevistados. Não são reconhecidos riscos pela participação na pesquisa. No entanto, em caso de risco mínimo, podem ocorrer desconfortos relacionados ao tempo destinado à participação, e às perguntas do tópicos-guia, sendo ainda possível interromper a qualquer momento a participação. O pesquisador se responsabilizará em atender a situação ou até mesmo, encaminhar para os serviços de saúde pública, caso necessário.

Ressaltamos que a concordância em participar deste estudo não implica necessariamente em qualquer modificação em sua vida. Fica estabelecido que todas as informações que decorram das entrevistas ficarão armazenadas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo período de 5 anos na sala 318. Estas informações somente serão utilizadas para fins de análise na composição de trabalho de conclusão de curso (TCC). O TCC que será realizado não permitirá a identificação dos sujeitos participantes da pesquisa, bem como das instituições nas quais atuam os sujeitos, sendo resguardado o sigilo sobre essa participação.

Eu, \_\_\_\_\_ (participante) fui informada dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito da pesquisa e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar. O pesquisador da equipe da Prof. Dra Vanessa Maria Panozzo Brandão certificou-me de que todos os meus dados de identificação nesta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa. Caso tiver qualquer pergunta sobre esse estudo, sobre os meus direitos como participante deste estudo ou se penso que fui prejudicado pela minha participação, posso contatar a pesquisadora coordenadora pelo e-mail [vanessa.panozzo@ufrgs.br](mailto:vanessa.panozzo@ufrgs.br) **Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698).**

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Nome

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Vanessa Maria Panozzo Brandão

\_\_\_\_\_  
Data

**APÊNDICE B****Formulário de Pesquisa para os Assistentes Sociais  
O trabalho do assistente social na comunidade e a interface com a diretriz  
territorialidade: um estudo sobre os CRAS e SAFs no município de Porto Alegre****Dados de identificação:**

Nome: \_\_\_\_\_ Nº de CRESS:

Idade:

Instituição de formação:

Ano de formação:

Possui pós-graduação/curso de especialização: ( ) sim ( ) não Qual? \_\_\_\_\_

Instituição de trabalho:

Há quanto tempo trabalha na instituição?

Há quanto tempo de trabalho na política de assistência social?

Quais os serviços que trabalhou?

Vínculo empregatício: ( ) terceirizado ( ) estatutário ( ) celetista

Quais experiências profissionais?

---

---

---

## APÊNDICE C

### TÓPICOS GUIA PARA O GRUPO FOCAL

- Compreensão dos/as assistentes sociais por trabalho na comunidade
- Ações desenvolvidas pelo/a assistente social no trabalho na comunidade
- Compreensão dos/as assistentes sociais da expressão territorialidade na política de assistência social
- Estratégias construídas pelos/as assistentes sociais no território
- Os desafios e possibilidades encontradas pelas/os assistentes sociais frente ao trabalho na comunidade